IDENTIFICAÇÃO

Programa de Pós-Graduação em Direito

Nível: ☐ Mestrado ☒ Doutorado

Disciplina: **Teoria Crítica do Processo**

Ano/Semestre: 2024/2

Carga horária total: 60 Horas/Aula

Créditos: 04

Área temática: Direito

Código da disciplina: 120664

Professor: Dr. Darci Guimarães Ribeiro

EMENTA

Crítica à concepção dualista de Direito. A hermenêutica filosófica como condição de possibilidade para a satisfação adequada das pretensões e a observância das particularidades dos casos concretos. A formação epistemológica do processo no Estado de Direito. As relações entre processo e democracia. Os desafios da jurisdição na sociedade 'pós-moderna'.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

UNIDADE I: A GÊNESE PROCESSUAL DO DIREITO

1. Teorias do ordenamento jurídico: Da matriz dualista-abstrata à monista-concreta.
2. O direito e o processo como manifestação da cultura.
3. A tópica como teoria do caso concreto.
4. Filosofia da técnica e tutela dos direitos fundamentais.

UNIDADE II: GARANTIAS CONSTITUCIONAIS DO PROCESSO

1. A formação epistemológica do processo: do Estado Liberal ao Estado Democrático.
2. Processo e constituição.
3. Neoprocessualismo: do pressuposto racionalista-liberal ao ético-democrático.
4. Análise hermenêutica dos princípios processuais constitucionais: o problema do panprincipiologismo.

UNIDADE III - PROCESSO E DEMOCRACIA

1. Da democracia representativa à participativa: do povo ao cidadão.
2. O papel do processo na construção da democracia.

UNIDADE IV – PERSPECTIVAS DA JURISDIÇÃO NO SÉCULO XXI

1. *Common Law* e *Civil Law*: um imbricamento necessário.
2. A jurisdição na tradição romano-canônica.
3. O papel do juiz na sociedade '*pós-moderna*'.
   3.1. Responsabilidade social do juiz.
   3.2. Ativismo judicial.
4. Estabilidade das decisões judiciais.
   4.1. Teoria da decisão jurídica.
   4.2. Padrões decisórios.

UNIDADE V – INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E PROCESSO JUDICIAL

1. Sociedade digital.
2. Tecnologia e processo.
3. Inteligência artificial nos tribunais.
4. O futuro das profissões no direito.

OBJETIVOS

Conscientizar-se dos equívocos ocorridos na transposição de instrumentos jurídicos romanos para o direito da modernidade, bem como da influência exercida pelas ideologias racional-iluminista e liberal (individualista). Realizar a crítica à estrutura processual vigente e aos propósitos a que serve. Refletir sobre o direito enquanto texto, afastado da pretensão de realizar justiça e de atender às diferenças. Identificar as relações entre Inteligência Artificial e Processo Judicial.

METODOLOGIA

Serão utilizadas variadas metodologias para o desenvolvimento das atividades planejadas, especialmente preparação e apresentação de seminários e de relatórios de leitura, pesquisa em sala de aula, estudos de casos, resolução de problemas, sala de aula invertida, construção de mapas conceituais, *frameworks*, árvores de decisão e outros modelos.

AVALIAÇÃO

Exposição de seminário

As exposições dos alunos devem ser compatíveis com a natureza e a complexidade do tema. O objetivo é avaliar criticamente os argumentos presentes nas leituras e identificar os aspectos principais do debate.

Trabalho final em forma *paper*

O trabalho final deve tratar sobre qualquer dos temas discutidos nos seminários. A pesquisa deve refletir, no mínimo, a amplitude dos debates em aula e apresentar um pensamento inovador, ademais de um texto original partindo necessariamente da bibliografia trabalhada nas aulas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

PASSOS, Joaquim José Calmon de. **Revisitando o Direito, o poder, a justiça e o processo**: reflexões de um jurista que trafega na contramão. Salvador: Juspodium, 2012.

GROSSI, Paolo. **Mitología jurídica de la modernidad**. Tradução de Manuel Martínez Neira. Madrid: Trotta, 2003.

KAUFMANN, Arthur. **La filosofia del derecho en la posmodernidad**. Tradução de Luis Villar Borba. Colombia: Temis, 1998.

MERRYMAN, John Henry; PEREZ-PERDOMO, Rogélio. **A tradição da *civil Law***: uma introdução aos sistemas jurídicos da Europa e da América Latina. Tradução de Cássio Casagrande. Porto Alegre: Sérgio Fabris, 2009.

NIEVA FENOLL, Jordi. **Inteligencia artificial y processo judicial**. Madrid: Marcial Pons. 2018.

PECZENIK, Aleksander. **On law and reason**. 2. ed. Berlin: Springer Science, 2008.

RIBEIRO, Darci G. **La pretensión procesal y la tutela judicial efectiva**: hacia una teoría procesal del derecho. Barcelona: Bosch, 2004.

RIBEIRO, Darci G. **O novo Processo Civil**: presente e futuro. 2. ed. Londrina: Thoth, 2022.

RODOTÁ, Stefano. **Il diritto di avere diritti**. Roma: Laterza, 2012.

TARUFFO, Michele. **Ensaios sobre o proceso civil**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2017.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BOBBIO, Norberto. **O Futuro da democracia**. Tradução de Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

BONAVIDES, Paulo: **Teoria constitucional da democracia participativa**. 2. ed. São Paulo: Malheiros, 2003.

BRUTAU, José Puig. **A jurisprudência como fonte do direito**. Tradução de Lenine Nequete. Porto Alegre: Coleção Ajuris, 1977.

CAPPELLETTI, Mauro. **Juízes Legisladores?** Tradução de Carlos Alberto Alvaro de Oliveira. Porto Alegre: Safe, 1993.

CHASE, Oscar G. **Derecho, cultura y ritual**. Tradução de Fernando Martín Diz. Madrid: Marcial Pons, 2011.

CROSS, Rupert; HARRIS, J. W. **El precedente en el derecho inglés**. Tradução de Maria Angélica Pulido. Madrid: Marcial Pons, 2012.

DENTI, Vittorio. Valori costituzionali e cultura processuale. In: DENTI, Vittorio. Sistemi e Riforme: Studi sulla giustizia civile. Bologna: Mulino, 1999. p. 59 a 82

MIOZZO, Pablo Castro. **Interpretação jurídica e criação judicial do direito**: de Savigny a Friedrich Müller. Curitiba: Juruá, 2014.

MÜLLER, Friedrich. **Quem é o povo**: a questão fundamental da democracia. São Paulo: Max Limonad, 1998.

PICÓ I JUNOY, Joan. **O juiz e a prova**: estudo da errônea recepção do brocardo iudex iudicare debet secundum allegata et probata, non secundum conscientiam e sua repercussão atual. Tradução de Darci Guimarães Ribeiro. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2014.

PICÓ I JUNOY, Joan. **Las garantias constitucionales del proceso**. Barcelona: Bosch, 2012.

RIBEIRO, Darci G. **Da tutela jurisdicional às formas de tutela**. Porto alegre: Livraria do Advogado, 2010.

SILVA, Ovídio A. Baptista da. **Processo e ideologia**: o paradigma racionalista. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2006.

TROCKER, Nicolò. **Processo Civile e Constituzione**. Milano: Giuffré, 1974.

IDENTIFICAÇÃO

Programa de Pós-Graduação em Direito

Nível: ☐ Mestrado ☒ Doutorado

Disciplina: **Os Desafios das transformações contemporâneas no Direito Privado**

Ano/Semestre: 2023/2

Carga horária: 60 Horas/Aula

Créditos: 04

Área temática: Direito

Código do Seminário: 120672

Professores: Dr. Wilson Engelmann

EMENTA

As transformações contemporâneas na sociedade geradas pela revolução tecnocientífica, também chamada de Quarta Revolução Industrial; o Direito Privado e o Direito Público (e a dicotomia?) frente à emergência das novas tecnologias, notadamente as nanotecnologias; o Direito Natural como fundamento ético do Direito Positivo: o papel da razão prática e dos princípios; a (re)leitura ou descontinuidade(?) da Teoria do Fato Jurídico apresentada por Pontes de Miranda; a importância dos direitos da personalidade e dos contratos no cenário contemporâneo das fontes do Direito; o lugar da Filosofia *no* Direito à construção de respostas jurídicas criativas no espaço de inovação tecnológica, potencializadas pela comunicação entre as Fontes do Direito; a análise econômica do Direito e o seu papel na criação dos marcos regulatórios; o Direito do futuro e o futuro do Direito no cenário de inovação: *responsible research and innovation* (RRI) e *ethical, legal and social implications* (ELSI).

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Direito e novas tecnologias: a emergência da revolução tecnocientífica;
2. Do direito dos particulares ao direito privado: a autonomia da vontade, o papel e a interpretação econômica dos contratos e o horizonte de sentido do Direito Público;
3. A (re)leitura ou descontinuidade(?) da Teoria do Fato Jurídico (Francisco Cavalcante Pontes de Miranda): os desafios para caracterizar o *suporte fático* que consiga juridicizar as inovações tecnológico-científicas;
4. Da "Tríplice Hélice" à Hélice Quádrupla: a inovação colaborativa e em rede e o "retorno aos sentimentos" como elementos estruturantes dos marcos normativos suficientes para os contextos nacional e internacional de inovação tecnológica;

5. As Nanotecnologias e os desafios da tecnociência: os Direitos Humanos e uma (nova) filosofia na Ciência;
6. A razão prática, a ética aristotélica e uma (re)leitura do Direito Natural como suportes filosóficos do Código de Defesa do Consumidor e do Código Civil de 2002;
7. Os direitos da personalidade, como valores do ordenamento jurídico e não meros "direitos" e os novos direitos decorrentes da revolução tecnocientífica: a comunicação entre os avanços científicos e o viés humanista a partir das estruturas do *Responsible Research and Innovation* (RRI) e *Ethical, Legal, and Social Implications* (ELSI);
8. Como regular? O quê regulamentar? O alinhamento jurídico interno com as novas fronteiras da economia mundial e o pluralismo jurídico mundial;
9. A comunicação entre as fontes do Direito e as cláusulas gerais: alternativas para os desafios das transformações contemporâneas do/no Direito?;
10. O Direito do futuro ou o futuro do Direito? As provocações e as perspectivas para o tempo do Direito e o Direito no (ou ao longo do) tempo.

OBJETIVOS

a) mapear os movimentos de transformação social geradas pela revolução tecnocientífica e seus reflexos no Direito;

b) avaliar o duplo movimento: "a publicização do direito privado" e a "privatização do direito público", que não é exclusivo, mas reciprocamente modificativo da relação dicotômica aceita até então;

c) observar os desafios jurídicos gerados pela emergência das novas tecnologias, como as nanotecnologias, que exigirão novas e criativas respostas do Direito;

d) estudar o desenvolvimento de marcos regulatórios à inovação tecnológica, considerando seus reflexos na economia e na produção do conhecimento;

e) avaliar as transformações contemporâneas que o Direito está sofrendo, considerando os influxos dos movimentos da globalização, surgimento de novos ambientes e atores regulatórios, e os desafios jurídicos que eles provocam no tocante ao seu futuro.

METODOLOGIA

Serão utilizadas variadas metodologias para o desenvolvimento das atividades planejadas, especialmente preparação e apresentação de seminários e de relatórios de leitura, pesquisa em sala de aula, estudos de casos, resolução de problemas; sala de aula invertida; construção de mapas conceituais, *design thinking*, *frameworks*, árvores de decisão e outros modelos.

AVALIAÇÃO

1. Apresentação dos Seminários de acordo com as modalidades indicadas. Todos sempre devem participar;

2. A preparação do tema deverá observar, além da bibliografia sugerida (básica e complementar), outras fontes de pesquisa, a fim de possibilitar o suficiente aprofundamento do tema, promovendo e demonstrando a aproximação e o cruzamento das fontes consultadas;

3. A organização do tema deverá levar em consideração: o tema, a delimitação do tema, o problema, os objetivos, o plano de desenvolvimento do assunto e a bibliografia consultada;

4. Para complementação final da avaliação desta atividade acadêmica, cada doutorando(a) desenvolverá, sob forma de artigo científico[1], estudo aprofundado sobre algum tema acima explicitado (com, no mínimo, 30 páginas);

5. Para fins de avaliação serão considerados, ainda: a assiduidade, a participação nas aulas, a qualidade dos textos produzidos a cada aula, o cumprimento dos prazos, a criatividade da metodologia e o desenvolvimento/aprofundamento do tema a ser apresentado.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ALDROVANDI, Andréa; SIMIONI, Rafael Lazzarotto; ENGELMANN, Wilson. Traços positivistas das teorias de Pontes de Miranda: influências do positivismo sobre Sistema de Ciência Positiva do Direito e Tratado de Direito Privado – um percurso com várias matizes teóricas. **Civilistica.com**, Rio de Janeiro, ano 4, n. 2, p. 1-26, 2015. Disponível em: http://civilistica.com/tracos-positivistas-das-teorias-de-pontes-de-miranda/. Acesso em: 13 maio 2023.

AQUINO, Marcelo Fernandes de. Os arranjos colaborativos e complementares de ensino, pesquisa e extensão na educação brasileira e sua contribuição para um projeto de sociedade sustentável no Brasil. **Caderno IHU Ideias**, São Leopoldo, ano 2, n. 187, 2013. Disponível em: http://www.ihu.unisinos.br/images/stories/cadernos/ideias/187cadernosihuideias.pdf. Acesso em: 13 maio 2023.

BALDWIN, Robert; CAVE, Martin; LODGE, Martin. **Understanding regulation**: theory, strategy, and practice. Second Edition. Oxford: Oxford University Press, 2012.

CANARIS, Claus-Wilhelm. A influência dos direitos fundamentais sobre o comportamento dos sujeitos de direito privado (Capítulo IV) e Algumas consequências práticas (Capítulo V). In CANARIS, Claus-Wilhelm. Direitos Fundamentais e Direito Privado. Tradução de Ingo Wolfgang e Paulo Mota Pinto. 2ª reimpressão da edição de julho/2003. Coimbra: Almedina, 2009, p. 52-101.

ENGELMANN, Wilson. **Direito natural, ética e hermenêutica**. 2. ed. rev. atual. e ampl. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2023.

GROSSI, Paolo. **Oltre la legalità**. Bari: Gius. Laterza & Figli, 2020.

[1] Sobre as normas da ABNT relacionadas à elaboração do artigo, consultar: https://unisinos.br/biblioteca/images/abnt/2022-1/MANUAL_ABNT_BIBLIOTECA.pdf. Acesso em 13 maio 2022.

GRUNWALD, Armin. The hermeneutic side of responsible research and innovation. **Journal of Responsible Innovation**, USA, v. 1, n. 3, p. 274-291, Oct. 2014.

HACHEZ, Isabelle. Basiles conceptuelles autour des notions de “source du droit”, “force normative” et “soft law”. **Revue Interdisciplinaire d’études juridiques**, Bruxelles, n. 65, p. 1-64, 2010.

NOVAIS, Jorge Reis. **A dignidade da pessoa humana**. Coimbra: Almedina, 2016. v. 2.

OST, François. A tese de doutorado em Direito: do projeto à defesa. **Revista de Estudos Constitucionais, Hermenêutica e Teoria do Direito (RECHTD)**, [*s. l.*], v. 7, n. 2, p. 98-116, maio/ago. 2015.

PONTES DE MIRANDA. Tratado de Direito Privado. Parte Geral. Rio de Janeiro: Borsoi, 1954, v. 1.

PONTES DE MIRANDA. Tratado de Direito Privado. Parte Geral. Rio de Janeiro: Borsoi, 1954, v. 1.

TEUBNER, Gunther. A matriz anônima - violação de direitos humanos por atores “privados” transnacionais. *In:* CAMPOS, Ricardo (org.). **Crítica da ponderação**: método constitucional entre a dogmática jurídica e a teoria social. São Paulo: Saraiva, 2016. p. 271-311.

ZACCARIA, Giuseppe. **Postdiritto**: nuove fonti, nuove categorie. Bologna: Società editrice il Mulino, 2022.

BILIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BORA, Alfons. Capacidade de lidar com o futuro e responsabilidade por inovações – para o trato social com a temporalidade complexa. *In:* SCHWARTZ, Germano (org.). **Juridicização das esferas sociais e fragmentação do direito na sociedade contemporânea**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2012. p. 127-146.

CABANILLAS, Renato Rabbi-Baldi. ¿Positivización de los Derechos Naturales para dejar atrás la polémica “Iusnaturalismo-Iuspositivismo”?: otro intento insuficiente en la eterna lucha por el derecho justo. **Quaestio Iuris**, [*s. l.*], v. 7, n. 1, Rio de Janeiro, p. 253-273, 2014.

DOUGLAS-SCOTT, Sionaidh. **Law after Modernity**. Oxford: HART Publishing, 2013.

ENGELMANN, Wilson; VON HOHENDORFF, Raquel. **The management of risks by the law in the nano agrochemicals scenario**. Saarbrücken: LAP LAMBERT Academic Publishing GmbH & Co. KG, 2014.

FINNIS, John. **Natural Law and Natural Rights**. 2. ed. Oxford: Oxford University Press, 2011.

GAUTHIER, Gustavo (coord.). **Disrupción, economía compartida y derecho**. Montevidéu: Fundación de Cultura Universitaria, 2016.

GUCHET, Xavier. **Philosophie des Nanotecnologies**. Paris: Hermann Éditeurs, 2014.

PENTLAND, Alex. **Social physics**: how social networks can make us smarter. New York: Penguin Books, 2014.

REBER, Bernard. RRI as the inheritor of deliberative democracy and the precautionary principle. **Journal of Responsible Innovation**, London, v. 5, p. 1-27, June 2017.

RODOTÁ, Stefano. **Il mondo nella rete**: quali i diritti, quali i vincoli. Roma: Editori Laterza la Repubblica, 2014.

SARRA, Claudio. **Il mondo-dato**: saggi su datificazione e diritto, Seconda edizione. Padova: Coop. Libraria Editrice Università di Padova, 2022.

SCHWAB, Klaus. **A Quarta Revolução Industrial**. Tradução de Daniel Moreira Miranda. São Paulo: Edipro, 2016.

SUÁREZ, Juan Luis. **La condición digital**. Madrid: Trotta, 2023.

TEUBNER, Gunther. **Constitucional fragments**: societal constitutionalism and globalization. Oxford: Oxford University Press, 2012.

VAN DER BURG, Simone. A lay ethics quest for technological futures: about tradition, narrative and decision-making. **Nanoethics**, New York, v. 10, p. 233-244, 2016.

IDENTIFICAÇÃO

Programa de Pós-Graduação em Direito

Nível: ☐ Mestrado ☒ Doutorado

Disciplina: **Direito Digital**

Ano/Semestre: 2024/2

Carga horária total: 60 Horas/Aula

Créditos: 04

Área temática: Direito

Código da disciplina: 120663

Professora: Dra. Têmis Limberger

EMENTA

O mundo globalizado implica em modificações no Direito. Com isso, as fontes clássicas do Direito soçobraram e a produção normativa ocorre, a partir de outras influências. A sociedade complexa influi na pluralidade da formação das leis, bem como apresenta outras maneiras de regulação. A tradicional primazia da lei e a figura da pirâmide, experimentam uma nova representação, a partir da mudança na aldeia global. Daí a proposição de pluralismo ordenado ou abóboda. Neste contexto, democracia e cidadania modificam-se, também. Por isso, a democracia digital é uma tendência, bem como a *cibercidadania*. Assim, a (im)possibilidade de diálogo entre a democracia representativa e a democracia digital desafiam os intérpretes. A democracia digital e a (in)compatibilidade com os Direitos Humanos são uma tensão constante. E, ainda, as redes de indignação e as suas demandas reclamam a incorporação de suas reivindicações pelo Estado. A administração pública transformou-se, devido ao novo perfil do Estado, decorrente das relações que se travam no ambiente informático. Com isso, a sociedade em rede, alterou os elementos clássicos estatais. A perda da importância do território físico ocorreu, devido à rápida circulação de informação e capital na rede mundial de computadores, bem como às migrações humanas. Os controles tradicionais dos atos administrativos, tornaram-se insubsistentes, pois a sociedade hoje é mais complexa. A informática é uma ferramenta que pode contribuir para tornar a administração mais transparente, algumas leis recentes já se ocupam da consulta popular e da divulgação de informações públicas na *internet*. O controle social é incrementado com as inovações tecnológicas, que propiciam rápido acesso à informação e produção de comunicação fora dos meios tradicionais. Neste novo contexto, os direitos humanos devem ser respeitados e representam um limite nas relações que se travam na sociedade informatizada e à administração pública digital.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. A administração pública no contexto do Estado atual. Globalização, informatização e suas consequências na relação administrativa.
2. O transbordamento das fontes do direito. A sociedade complexa, a pluralidade da produção normativa e seus reflexos na administração estatal.
3. O homem artificial, a democracia no século XXI e a administração digital.
4. A crise do conceito de cidadania, o fim do Estado-Nação e a *cibercidadania*, suas consequências na administração pública.
5. A (im)possibilidade de diálogo entre a democracia representativa e a democracia digital: suas implicações na administração pública.
6. Transparência na administração pública: um novo princípio? Previsões normativas recentes. *Cibertransparência*.
7. Administração pública digital e sua (in)compatiblidade com os direitos humanos.
8. O controle social como aporte aos controles clássicos do Estado e o (des)necessário retorno à *paidea.*
9. Redes de indignação: como incorporar as reivindicações populares à administração pública?
10. Construindo pontes entre a Administração Pública digital e os direitos humanos.

OBJETIVOS

Pesquisar o Direito Digital, no contexto informático, em que é possível produzir uma comunicação direta entre administração e cidadãos, e buscar a(s) alternativa(s) que resulte(m) em um aprofundamento democrático, em uma maior transparência e eficiência na prestação de serviços públicos – *cibertransparência*.

METODOLOGIA

A metodologia empregada terá a perspectiva hermenêutica, investigando a (in)efetividade das promessas constitucionais e os seus reflexos na sociedade. O método de trabalho é o hipotético-dedutivo, baseado em pesquisa bibliográfica (nacional e estrangeira). A disciplina será composta de aulas expositivas, leituras e apresentações de trabalhos com finalidade crítico-reflexiva, buscando abordar a possibilidade de compatibilização das novas tecnologias e a proteção dos direitos humanos, quando o cidadão pretende o acesso à informação pública, protegendo-se os dados pessoais dos que tem a informação divulgada (com o advento do Marco Civil da Internet no Brasil) e na legislação comunitária europeia.

Serão utilizadas variadas metodologias para o desenvolvimento das atividades planejadas, especialmente preparação e apresentação de seminários e de relatórios de leitura, pesquisa em sala de aula, estudos de casos, resolução de problemas.

AVALIAÇÃO

Para fins de avaliação serão considerados três aspectos de forma harmônica: apresentação de seminários, participação em aula e trabalho escrito.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança**: movimentos sociais na era da internet. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. 4. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbekian, 2011. v. 1.

EMPOLI, Giuliano Da. **Os engenheiros do caos**. 1. ed. São Paulo: Vestígio, 2022.

HOFFMANN-RIEM, Wolfang. **Teoria do Direito Digital**: transformação digital: desafios para o direito. Rio de Janeiro: Forense, 2021.

KAHNEMAN, Daniel *et al*. **Ruído**: uma falha no julgamento humano. Rio de Janeiro: Objetiva, 2021.

LIMBERGER, Têmis. Limberger. Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e a Lei de Acesso à Informação Pública (LAI): um diálogo (im)possível? As influências do direito europeu. **Revista de Direito Administrativo**, Rio de Janeiro, v. 281, n. 1, p.113-144, 2022.

LIMBERGER, Têmis. **Cibertransparência**: informação pública em rede: a virtualidade e suas repercussões na realidade. 1. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2016. v. 1.

MAIETTA, Ângelo. The right to be forgotten. **Revista de Estudos Constitucionais, Hermenêutica e Teoria do Direito – RECHTD**, [*s. l.*], v. 12, n. 2, p. 207-226, maio/ago. 2020.

PÉREZ LUÑO, Antonio Enrique. El posthumanismo no es um humanismo. **Revista DOXA**, [*s. l.*], n. 44, p. 291-312, 2021.

PÉREZ LUÑO, Antonio Enrique. **Los derechos humanos en la sociedad tecnológica**. Madrid: Universitas, 2012.

PÉREZ LUÑO, Antonio Enrique. **El desbordamiento de las fuentes Del Derecho**. Madrid: La ley, 2011.

PINÃR MAÑAS, José Luis (dir.). **Reglamento general de protección de datos**: hacia a um nuevo modelo europeo de privacidad. Madrid: Ed. Reus, 2016.

RALLO LOMBARTE, Artemi. Del derecho a la protección de datos a la garantia de nuevos derechos digitales. *In:* RALLO LOMBARTE, Artemi (dir.). **Tratado de protección de datos**. Valencia: Tirant to blanch, 2019. p. 23-52.

RODOTÀ, Stefano. **El derecho a tener derechos**. Madrid: Trotta, 2014.

SARLET, Ingo W. Proteção de dados pessoais como direito fundamental na CF/88: contributo para a construção de uma dogmática constitucionalmente adequada. **Direitos fundamentais e Justiça**, Belo Horizonte, ano 14, n. 42, p. 179-218, jan./jun. 2020.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

DONEDA, Danilo. Agência Nacional de Proteção de Dados e Conselho Nacional de Proteção de Dados. *In:* DONEDA, Danilo *et al*. (coord.). **Tratado de proteção de dados**. Rio de Janeiro: Forense, 2021. p. 459-472.

O'NEIL, Cathy. **Algoritmos de destruição em massa**: como o big data aumenta a desigualdade e ameaça a democracia. Santo André: São Paulo, 2020.

FROSINI, Vittorio. **L'umo artificiale**: ética e diritto nell'era planetária. Milano: Spirali Edizione, 1986.

GARCÍA MACHO, Ricardo. **Derecho administrativo de la información y administración transparente**. Marcial Pons: Madrid, 2010.

HESSEL, Stéphane. **Indignaos!** Barcelona: Destino, 2011.

MALEM SEÑA, Jorge F. **La corrupción**: aspectos éticos, económicos, políticos y jurídicos. Barcelona: Gedisa, 2002.

MENDES, Laura S. O STF e a proteção constitucional dos dados pessoais: rumo a um direito fundamental autônomo. *In:* DONEDA, Danilo *et al*. (coord.). **Tratado de proteção de dados**. Rio de Janeiro: Forense, 2021. p. 61-72.

MENKE, Fabiano et al. Segurança da Informação e vazamento de dados. *In:* DONEDA, Danilo *et al*. (coord.). **Tratado de proteção de dados**. Rio de Janeiro: Forense, 2021. p. 339-357.

MOREIRA NETO, Diogo de Figueiredo. **Relações entre poderes e democracia**: crise e superação. Belo Horizonte: Fórum, 2014.

PARISER, Eli. **O filtro invisível**: o que a internet está escondendo de você. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

ROBLEDO PÉREZ-LUÑO, Enrique César. **El procedimiento de *Habeas Data***: el derecho procesal ante las nuevas tecnologías. Madrid: Dykson S. L. 2017.

SÁNCHEZ BRAVO. Álvaro A. Marco europeo para uma inteligência artificial basada en las personas. *In:* SÁNCHEZ BRAVO, Álvaro A. (ed.). **Derecho, inteligencia artificial y nuevos entornos digitales**. España: ASB Ed, 2020. p. 75-92.

SANTANNA, Gustavo da S. e LIMBERGER, Têmis. A (in) eficiência do processo judicial na sociedade da informação. **Revista Opinião Jurídica**, Fortaleza, v. 16, p. 130-155, 2018.

SCHWAB, Klaus. **Aplicando a Quarta Revolução Industrial**. São Paulo: Edipro, 2018.

SCHIRMER, Jan-Erik. Artificial Inteligence and legal personality. *In:* WISCHMEYE, Thomas; RADEMACHER, Tino (ed.). **Regulation artificial inteligence**. Hannover: [*s. n*.], 2020. p. 124-141.

IDENTIFICAÇÃO

Programa de Pós-Graduação em Direito

Nível: ☐ Mestrado ☒ Doutorado

Disciplina: **Metamorfoses do Direito e Atualidade da Crítica**

Ano/Semestre: 2024/2

Carga horária total: 60 Horas/Aula

Créditos: 04

Área temática: Direito

Código da disciplina: 120673

Professor: Dr. José Rodrigo Rodriguez

EMENTA

O objetivo desta disciplina é investigar o sentido da crítica de inspiração frankfurtiana ao direito em face das metamorfoses que o estado de direito está sofrendo no mundo contemporâneo. A disciplina buscará identificar o diagnóstico do tempo dos autores deste campo e atualizar o seu pensamento com a finalidade de repensar a ligação entre direito e democracia para além das fronteiras dos estados nacionais e das instituições internacionais criadas a partir do modelo estatal, sob a forma de uma "teoria da perversão do direito" e do ideal normativo de uma "democracia multinormativa".

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Esta versão do Seminário de Doutorado tem como título "Patologias da Unidade: Democracia, Descentralização e Multinormatividade". Uma das discussões centrais no campo do Direito nos últimos anos é o enfraquecimento do monopólio estatal de criar e impor o cumprimento de normas jurídicas em seu território em razão da criação de ordens normativas transnacionais, fenômeno estudado sob a denominação de "pluralismo jurídico" ou de "fragmentação do direito", a depender da tradição teórica.

Tais transformações comprometeram a capacidade dos Estados de regular as diversas esferas de vida de seus cidadãos e de implementar políticas públicas que efetivem seus direitos fundamentais. De outro lado, estes fenômenos abriram a possibilidade de repensar a relação entre direito e democracia para além das fronteiras nacionais, criticando e superando alguns limites do Estado-nação.

Por exemplo, os conflitos relativos às comunidades tradicionais são resultado direto do processo de unificação do Estado nacional encarado como resultado do progresso do Brasil pensando como superação de seus resquícios. De outra parte, os problemas ecológicos desafiam o direito organizado em bases nacionais demandando a adoção de soluções globais capazes de enfrentar problemas como

o aquecimento global que levem em conta a interpendência de qualquer ação relativa aos diversos ecossistemas do planeta Terra.

A pandemia que estamos enfrentando também tem levantado problemas relativos à centralização do direito no Brasil. Alguns comentaristas chegaram a dizer que o combate à pandemia fez o Brasil redescobrir a federação em razão dos conflitos entre o governo federal e os governadores dos Estados.

Tentativas de centralização das políticas a respeito da pandemia por um governo federal negacionista levaram o Supremo Tribunal Federal a tomar uma série de decisões inovadoras que facilitaram a atuação autônoma dos Estados e Municípios. Esta atuação do STF tem sido apontada como responsável por salvar muitas vidas face aos à alta mortalidade relacionada a políticas de não intervenção sobre o desenvolvimento da pandemia.

Ademais, o debate sobre a reabertura da economia e das escolas também tem levantado uma série de problemas a respeito da centralização ou descentralização das políticas públicas. É razoável apostar em regras nacionais ou estaduais sobre o assunto ou deveríamos lidar com o problema em nível local, inclusive com a utilização de plebiscitos?

Para refletir sobre todos estes problemas, este seminário irá discutir as justificativas para a unificação do Direito no âmbito nacional e global, buscando identificar formas emancipatórias e patológicas de unidade, tomando como ponto de partida o trabalho de Franz L. Neumann, especialmente o texto "Federalismo e liberdade: uma crítica".

Neste texto, Neumann afirma que a descentralização do direito não tem relação necessária com a democracia, mas que a combinação entre federalismo e pluralismo social pode ajudar a acabar com a alienação dos cidadãos em relação ao poder. Além disso, diz que a avaliação deste potencial democratizante demanda análises empíricas dos diversos arranjos institucionais, sendo impossível realizar este diagnóstico em abstrato.

A partir desta afirmação, este Seminário irá debater as justificativas para a unidade do direito e as formas patológicas e emancipatórias de unidade a partir do trabalho do pensador autoritário Carl Schmitt e de seu crítico de primeira hora, Franz L. Neumann, além da proposta do "direito como multinormatividade" de José Rodrigo Rodriguez. Tal reflexão buscará demonstrar o potencial da tradição do direito ocidental de funcionar como garantia de convivência entre múltiplas formas de vida, identidades e processos de subjetivação. Para que possa exercer tal função, o direito deve funcionar:

a) como uma forma institucional capaz de criar obstáculos a qualquer forma de consenso futuro que ameace a dinâmica dos diversos processos de autodefinição que se desenvolvem em sociedades democráticas e plurais contribuindo para deslegitimar o estado de direito;

b) como forma institucional capaz de oferecer arranjos temporários para os conflitos que ocorrem entre as formas de vidas que habitam um mesmo espaço social, tendo como objetivo, se possível, preservar a sua dinâmica própria.

Além disso, esse seminário buscará estabelecer diálogos com pesquisadores e pesquisadoras de outros campos de pesquisa que tratem de temas relacionados ao seu assunto. Alguns temas de pesquisa são evidentemente importantes para esta discussão, por exemplo:

a) o debate sobre a ideia de progresso;

b) a função do federalismo nos Estados contemporâneos;

c) o sentido atual das ideias de país e identidade nacional;

d) o sentido do cosmopolitismo, do multiculturalismo e suas relações com o direito e com a democracia;

e) a relação entre direito, democracia e gestão descentralizada de políticas públicas;

f) a relação entre direito, democracia e a gestão centralizada ou descentralizada do mercado;

g) o impacto da centralização ou da descentralização no controle do poder e da corrupção.

Além desses temas, o debate sobre a relação entre unidade do Direito, pluralismo social e democracia pode ajudar a construir em diálogos como as pesquisas a respeito do conceito de "governamentalidade" de tradição foucaultiana. Tais pesquisas, ao menos é o que afirma o livro "The Foucault Effect" organizado por Graham Burchell, Colin Gordon e Peter Miller e sugerem comentadores como Thomas Lemke e Marcio Alves da Fonseca, fazem contraponto a visão puramente negativa da regulação em geral e do Direito em particular, defendida por autores que se utilizam principalmente do conceito de "biopolítica", abrindo a possibilidade de se imaginar um modelo não normalizador de regulação e de Direito.

Este seminário pretende também dialogar com o trabalho de autores e autoras do campo crítico que não têm o Direito como sua preocupação central - por razões que cabe investigar -, mas que desenvolveram conceitos que podem ajudar a abordar os problemas que nos interessa. Por exemplo, podemos citar o conceito de "iterações democráticas" de Seyla Benhabib que propõe uma conciliação entre a crítica de inspiração frankfurtiana e a crítica desconstrucionista, conceito útil para refletir sobre a transformação institucional emancipatória e para refletir sobre um modelo institucional capaz de efetivar sua ideia de "universalismo sensível à diferença".

Podemos citar também o conceito de "cidade não-assimilada" de Iris Young com o qual o trabalho do jurista Paul Schiff Bermann dialoga, a discussão sobre "escalas da justiça" de Nancy Fraser e a crítica à tradição da Teoria Crítica de inspiração frankfurtiana no que diz respeito à sua visão do progresso feita por Amy Allen.

TÓPICOS

I. "PATOLOGIAS DO DIREITO" OU "DIREITO COMO PATOLOGIA"?

1. *Teoria Crítica e Patologias Sociais*: O que é a Teoria Crítica?

2. *"Patologias do Direito" ou Direito como Patologia?* Franz Neumann e Karl Marx.

a. *Levando o fascismo a sério:* O direito liberal para além de si mesmo.

b. *As gramáticas do direito entre regulação estatal e regulação social:* Direito, Democracia e Modelos de Juridificação.

c. *Patologias da unidade do direito:* uma questão contemporânea.

II. UNIDADE E FRAGMENTAÇÃO DO DIREITO

1. *Para serve a unidade do direito?* Um povo, um território, um direito?

a. *Segurança jurídica*: direito e mercado.

b. *Unidade política e garantia de direitos*: direito, igualdade e violência.

c. *Unidade nacional*: direito, nacionalidade, identidade.

d. *Eficiência administrativa*: direito e políticas públicas.

e. *Controle e participação no poder*: direito, autarquia e corrupção.

2. *Democracia, pluralismo social e unidade do direito*

a. *A unidade como patologia:* Carl Schmitt: decisão irracional, centralização do poder e homogeneidade social.

b. *A unidade como emancipação:* Franz L. Neumann: racionalidade do direito, descentralização do poder e conflito social.

i. *Crítica à unidade abstrata:* A crítica de Neumann ao "kantismo".

ii. *Crítica à unidade como integração:* A crítica de Neumann a Rousseau e Hegel.

iii. *Crítica à fragmentação:* Neumann e Adam Smith: os monopólios como unidade e violência privada: os pseudo-contratos.

iv. *A ideia normativa de "Rule of Law":* A centralidade do Constitucionalismo para Franz L. Neumann.

d. *Por um direito sensível*: abstração, concretização e violência.

O direito como identidade: origem, raça, terra, religião contra o direito?

1. *O terror, a reconciliação e a fragmentação como violência.*
2. *Por um universalismo jurídico e sensível:* o direito como garantia da tensão entre
    a. (i) soberania e liberdade,
    b. (ii) centralização e descentralização,
    c. (iii) identidade e diferenciação.

b. *Racionalidade, tensão, consenso e unidade do direito.*

i. *Jürgen Habermas X Günter Teubner*: a democracia pode ser policêntrica?

ii. *Franz L*. Neumann e *Jürgen Habermas*: um diálogo.

3. A multinormatividade como projeto.

a. Luta social, forma direito democrático e as duas gramáticas do direito.

b. Direito, identidade e diferenciação social: um diálogo com Robert Cover.

c. A multinormatividade como projeto: esboço de uma Filosofia do Direito Multinormativa.

OBJETIVOS

O conteúdo da disciplina irá variar ano a ano, aprofundando-se mais neste ou naquele autor ou tema em função dos interesses de pesquisa dos alunos participantes e do professor, mantidos os objetivos de apresentar aos alunos e alunas autores e autoras centrais do campo crítico que tratam do Direito, em especial os representantes da Teoria Crítica de inspiração frankfurtiana. Os objetivos secundários da disciplina são: (a) desenvolver a capacidade de leitura cerrada de textos teóricos; (b) desenvolver a capacidade de sintetizas argumentações complexas; (c) desenvolver a capacidade de recortar temas teóricos para a confecção de artigos; (d) desenvolver a capacidade de exposição em público.

METODOLOGIA

O curso será composto de aulas expositivas e seminários para discussão de textos. Cada seminário terá um relator ou relatora responsável por apresentar oralmente diante da sala uma resenha crítica do trabalho que contenha (a) a apresentação da estrutura do texto e os passos seguidos por ele para demonstrar seus argumentos; (b) a identificação dos argumentos centrais do texto e dos fenômenos empíricos mencionados no trabalho; (c) a reconstrução de seus argumentos teóricos centrais; (d) a identificação de questões importantes e eventuas inconsistências. O objetivo do seminário é incentivar alunos e alunas a organizar as questões presentes no texto para facilitar a compreensão de seus argumentos e a comparação com outras abordagens teóricas. O seminário será seguido de debates em que os alunos e alunas serão incentivados a comparar o texto com os demais trabalhos estudados no curso e assumir uma postura crítica perante os autores verificando a consistência, a pertinência e os pressupostos teóricos de seus argumentos, bem como sua compatibilidade entre si.

AVALIAÇÃO

As pessoas participantes do seminário serão avaliadas por sua apresentação de seminário e por um trabalho final. O trabalho final deve ter de 15 a 30 páginas no máximo e poderá versar sobre um dos temas, autores ou autoras abordados no curso. Ainda, é possível apresentar uma uma versão do capítulo da Tese que, eventualmente, dialogue com a bibliografia do seminário.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ALLEN, Amy. **The end of progress**: decolonizing the normative foundations of critical theory. New York: Columbia University Press, 2016.

BERMAN, Paul Schiff. Global legal pluralism as a normative project. **University of California Irvine Law Review**, [*s. l.*], v. 8, n. 149, p. 149-171, 2018.

BERMAN, Paul Schiff. **Global legal pluralism**: a jurisprudence of law beyond borders. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 2012.

GÜNTHER, Klaus. Normative legal pluralism: a critique. *In:* FABRA-ZAMORA, Jorge L. (org.). **Jurisprudence in a globalized world**. Cheltenham: Edward Elgar, 2020. p. 84-99.

HABERMAS, Jürgen. **A inclusão do outro**. São Paulo: Unesp, 2018.

HEIL, Tilmann; MEISSNER, Fran. Deromanticising integration: on the importance of convivial disintegration. **Migration Studies**, [*s. l.*], v. 9, n. 3, p. 740-758, Sept. 2021. Disponível em: https://doi.org/10.1093/migration/mnz056. Acesso em: 11/11/2024.

HONNETH, Axel. Uma patologia social da razão: Sobre o legado intelectual da Teoria Crítica. *In:* RUSCH, Fred (org.). **Teoria crítica**. Aparecida: Ideias e Letras, 2008. p. 389-415.

NEUMANN, Franz. **Estado Democrático e Estado Autoritário**. Rio de Janeiro: Zahar, 1969.

NEUMANN, Franz. **Império do Direito**. Trad. Rúrion S. Melo. São Paulo: Quartier Latin, 2013.

NEUMANN, Franz. O conceito de liberdade política. Trad. Flavio M. Prol. **Cadernos de Filosofia Alemã**: Crítica e Modernidade, São Paulo, v. 22, p. 107-154, jul./dez. 2013.

NEUMANN, Franz. A mudança de função da lei no direito da sociedade burguesa. Trad. Bianca Tavolari. **Revista Brasileira de Estudos Políticos**, Belo Horizonte, v. 109, p. 13-87, jul./dez. 2014.

RODRIGUEZ, José Rodrigo. **Direito das lutas**: democracia, diversidade, multinormatividade. São Paulo: LiberArs, 2019.

SCHMITT, Carl. **O conceito do político/teoria do partisan**. Belo Horizonte: Del Rey, 2009.

TAMANAHA, Brian Z.; SAGE, Caroline; WOOLCOCK, Michael (org.). **Legal pluralism and development**: scholars and practitioners in dialogue. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 2012.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas**. São Paulo: Cia das Letras, 2008.

BENHABIB, Seyla. **Another cosmopolitanism**. Oxford: Oxford University Press, 2006.

COVER, Robert. Nomos and narrative, **Harvard Law Review**, [*s. l.*], n. 97, v. 5, p. 4-68, 1983-1984.

FRASER, Nancy. **Scales of justice**. New York: Columbia University Press, 2009.

HABERMAS, Jürgen. **A inclusão do outro**. São Paulo: Unesp, 2018.

HEGEL. **Filosofia do Direito**. São Leopoldo: Unisinos, 2010.

HONNETH, Axel. **Sofrimento de indeterminação**: uma atualização da filosofia do direito de Hegel. São Paulo: Singular, 2007.

KERVÉRGAN, Jean-François. **Hegel, Carl Schmitt**. São Paulo: Manole, 2006.

MARMASSE, Gilles. **Force et fragilité des normes**: principles de la philosophie du droit de Hegel. Paris: Puf, 2011.

NICHOLS, Robert. **Theft is Property!** Dispossession and critical theory. Durham: Duke University Press, 2020.

NOBRE, Marcos. **Como nasce o novo**. São Paulo: Todavia, 2018.

RODRIGUEZ, José Rodrigo. **Fuga do Direito**: um estudo sobre o direito contemporâneo a partir de Franz Neumann. São Paulo: Saraiva, 2009.

SCHEUERMANN, Willian. Entre o radicalismo e a resignação: teoria democrática em Direito e Democracia, de Habermas. **Revista Brasileira de Ciência Política**, [*s. l.*], n. 13, Brasília, DF, p. 155-185, jan./abr. 2014.

TEUBNER, Günther. **Fragmentos constitucionais**: constitucionalismo social na globalização. São Paulo: Saraiva, 2016.

YOUNG, Iris. **Justice and the politics of difference**. Princeton: Princeton University Press, 2011.

IDENTIFICAÇÃO

Programa de Pós-Graduação em Direito

Nível: ☐ Mestrado ☒ Doutorado

Disciplina: **Sistemas Sociais e Direito**

Ano/Semestre: 2024/2

Carga horária total: 60 Horas/Aula

Créditos: 04

Área temática: Direito

Código do Seminário: 120661

Professor: Dr. Leonel Severo Rocha

EMENTA

Matriz-Pragmático Sistêmica. Teoria dos Sistemas. Organização e Direito. Constitucionalismo Social. O Direito como Meio de Comunicação Simbolicamente Generalizado. Direito em Rede. Auto-observação Jurídica.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1) Introdução à Matriz Pragmático-Sistêmica
2) Teoria dos Sistemas Norte-Americana
3) Teoria dos Sistemas de Luhmann
4) Comunicação e Direito
5) Organização e Direito
6) Constitucionalismo Intersistêmico
7) Direito em Rede

OBJETIVOS

O Seminário pretende abordar as diferentes perspectivas existentes sobre a Organização da Comunicação jurídica na teoria dos sistemas sociais.

METODOLOGIA

Aulas expositivas-dialogadas; Grupos de trabalho visando a apresentação de temas pré-selecionados desde slides e afins, relacionadas com as questões do programa, e elaboração de *Paper*.

Aulas Expositivas-Dialogadas: apresentação inicial do tema pelo professor, seguida pela **participação** dos doutorandos.

Palestras ministradas por professores convidados

Seminários: apresentação de temática (bibliografia indicada) para o restante do grupo (em torno de 45 min.), por meio de slides.

Paper: redação de texto científico sobre o **Seminário apresentado**, conforme ABNT (introdução, desenvolvimento e conclusão) e exigências do PPGD-Doutorado-Unisinos, entre 20 a 25p.

AVALIAÇÃO

Participação e fichamentos dos textos indicados para aula (3), Apresentação de Seminário (3) e Paper (4).

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

LUHMANN, Niklas. **Introdução à teoria dos sistemas**. Petropolis: Vozes, 2009.

LUHMANN, Niklas. **Organización y decisión**. Mexico: Herder, 2010.

LUHMANN, Niklas. **O direito da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 2016.

MICHAEL, King. A verdade sobre a autopoiese do direito. In: ROCHA, Leonel; MICHAEL, King; SCHWARTZ, Germano. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2009. p. 41-99.

ROCHA, Leonel Severo; COSTA, Bernardo L.C. **Constitucionalismo social**: constituição na globalização. Curitiba: Appris, 2018.

ROCHA, Leonel Severo. Epistemologia do Direito: revisitando as três matrizes jurídicas. **RECHTD**, [*s. l.*], v. 5, n. 2, 2013.

ROCHA, Leonel Severo. **Paradoxos da auto-observação**: percursos da teoria jurídica contemporânea. 2. ed. rev e ampl. Ijuí: Ed. Ijuí. 2013.

TEUBNER, Gunther. **Direito, sistema e policontexturalidade**. Piracicaba: Unimepe, 2005.

TEUBNER, Gunther. **Fragmentos constitucionais**: constitucionalismo social na globalização. São Paulo: Saraiva, 2016.

VESTING, Thomas. **Teoria do direito**: uma introdução. São Paulo: Saraiva, 2015.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

FEBBRAJO, Alberto. **Sociologia do constitucionalismo**: constituição e teoria dos sistemas. Curitiba: Juruá, 2016.

LEFORT, Claude. **Essais sur le politique XX-XXI siecle**. Paris: Seuil, 1988.

LUHMANN, Niklas. **La economia de la sociedad**. México: Herder, 2017.

LUHMANN, Niklas. **La sociedad de la sociedad**. México: Herder, 2007.

NONET, Philipe, SELNICK, Philip. **Direito e sociedade**. Rio de Janeiro: Revan, 2010.

OST, François. **Raconter la loi**: aux sources de l'imaginaire juridique. Paris: Odile Jacob, 2004**.**

PARSONS, Talcott. **A estrutura da ação social**. Petrópolis: Vozes, 2010.

POSNER, Richard. **Problemas de Filosofia do Direito**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

ROCHA, Leonel Severo. **A aula mágica de Luis Alberto Warat**: genealogia de uma pedagogia da sedução para o ensino do Direito. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2012.

ROCHA, Leonel Severo. **A democracia em Rui Barbosa**: o projeto político liberal-racional. Rio de Janeiro: Liber Juris, 1995.

ROCHA, Leonel Severo. **Paradoxos da auto-observação**: percursos da Teoria Jurídica Contemporânea. Ijuí: Unijuí, 2013.

ROCHA, Leonel Severo; COSTA, Bernardo L.C. **Constitucionalismo social**: constituição na globalização. Curitiba: Appris, 2018.

TEUBNER, Gunther. **La fuerza del Derecho**. Santafé de Bogotá: Siglo del hombre Editores: Facultad de Derecho de la Universidad de los Andes: Ediciones uniandes, 2000.

WARAT, Luis Alberto. **Surfando na pororoca**. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2004.

IDENTIFICAÇÃO

Programa de Pós-Graduação em Direito

Nível: ☐ Mestrado ☒ Doutorado

Disciplina: **Pesquisa e Metodologia no Direito para o Mestrado e Doutorado**

Ano/Semestre: 2024/2

Carga horária total: 45 Horas/Aula

Créditos: 03

Área temática: Direito

Código da disciplina: 123660

Professor: Dr. Wilson Engelmann

EMENTA

A pesquisa jurídica no Mestrado e no Doutorado. Os elementos estruturantes do problema e da hipótese. A caracterização da originalidade. A estruturação de um projeto de pesquisa. Pesquisa quantitativa e pesquisa qualitativa. Metodologia da investigação científica. Ensinar e pesquisar na era tecnológica. Os desafios e as possibilidades da pesquisa inter e transdisciplinar.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

As características da pesquisa científica no Direito;

A originalidade na estrutura da pesquisa para a Tese de Doutorado;

Etapas e procedimentos de um projeto de pesquisa;

A pesquisa jurídica em rede;

Metodologias para a estruturação da pesquisa;

A educação jurídica *OnLife*.

OBJETIVOS

a) construir um projeto de pesquisa que possa sustentar uma Dissertação de Mestrado;

b) conhecer as metodologias quantitativas e qualitativas;

c) examinar as potencialidades da pesquisa inter e transdisciplinar e o papel das redes de pesquisa;

d) exercitar as possibilidades metodológicas para ensinar e pesquisar na era tecnológica.

METODOLOGIA

Serão utilizadas variadas metodologias para o desenvolvimento das atividades planejadas, especialmente preparação e apresentação de seminários e de relatórios de leitura, pesquisa em sala de aula, construção de mapas conceituais, *design thinking*, *frameworks*, árvores de decisão e outros modelos.

AVALIAÇÃO

A avaliação será realizada a partir de competências, posicionadas a partir de conhecimentos, habilidades e atitudes, incluindo a apresentação de seminários e outras atividades desenvolvidas em sala de aula e fora dela (alicerçadas no exercício de estruturação de tema, delimitação do tema, problema, hipótese e objetivos), participação qualificada nas aulas, assiduidade e elaboração de projeto de pesquisa.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CHRISTENSEN, Clayton M.; HORN, Michael B; JOHNSON, Curtis W. **Inovação na Sala de Aula**: como a inovação de ruptura muda a forma de aprender. Porto Alegre: Bookman, 2012.

CURY, Paula Maria Nasser. Métodos de direito comparado: desenvolvimento ao longo do século XX e perspectivas contemporâneas. **Revista de Estudos Constitucionais, Hermenêutica e Teoria do Direito (RECHTD)**, [*s. l.*], v. 6, n. 2, p. 176-185, jul./set. 2014.

ECO, Umberto. **Como se faz uma tese**. Tradução de Gilson Cesar Cardoso de Souza. 22. ed. São Paulo: Perspectiva, 2009.

EL PARADIGMA PEDAGÓGICO IGNACIANO EN SU XXX ANIVERSARIO. Centro Virtual de Pedagogía Ignaciana. Conferencia de Provinciales Jesuitas de América Latina (CPAL). [*S. l.*]: CPAL, n. 1, jun. 2023. Disponível em: https://pedagogiaignaciana.com/boletines/242-el-paradigma-pedagogico-ignaciano-en-su-xxx-aniversario. Acesso em: 1 jun. 2023.

EPSTEIN, Lee; KING, Gary. **Pesquisa empírica em direito**: as regras de inferência. Tradução de Fábio Morosini. São Paulo: Direito GV, 2013.

EPSTEIN, Lee; MARTIN, Andrew D. **An introduction to empirical legal research**. Oxford: Oxford University Press, 2014.

GASKELL, G. Entrevistas individuais e grupais. *In:* BAUER, M. W.; GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**. Petrópolis: Vozes, 2010. p. 64-89.

GOMES NETO, José Mário Wanderley; BARBOSA, Luis Felipe Andrade; PAULA FILHO, Alexandre Moura Alves de. **O que dizem os dados?** Uma introdução à pesquisa jurídica quantitativa. Petrópolis: Vozes, 2023.

MORIN, Edgar. **A religação dos saberes**: o desafio do Século XXI. São Paulo: Bertrand Brasil, 2013.

OST, François. A tese de doutorado em Direito: do projeto à defesa. **Revista de Estudos Constitucionais, Hermenêutica e Teoria do Direito (RECHTD)**, [*s. l.*], v. 7, n. 2, p. 98-116, maio/ago. 2015.

PISCHETOLA, Magda; MIRANDA, Lyana Thédiga de. **A sala de aula como ecossistema**: tecnologias, complexidade e novos olhares para a educação. Petrópolis: Vozes; Rio de Janeiro: Editora PUC, 2021.

POUPART, Jean *et al*. **A pesquisa qualitativa**: enfoques epistemológicos e metodológicos. Tradução de Ana Cristina Nasser. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

SILVERMAN, David. **Interpretação de dados qualitativos**: métodos para análise de entrevistas, textos e interações. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ABRANTES, José. **As pedagogias digitais (e o professor *data show*)**. Rio de Janeiro: Editora Ciência Moderna, 2022.

BERGMANN, Jonathan; SAMS, Aaron. **Sala de Aula Invertida**: uma metodologia ativa de aprendizagem. Tradução de Afonso Celso da Cunha Serra. Rio de Janeiro: LTC, 2016.

BOAS PRÁTICAS. Universidades brasileiras contra o plágio. **Revista Pesquisa FAPESP**, São Paulo, v. 257, p. 8-10, jul. 2017.

BROWN, Tim. **Design Thinking**: uma metodologia ponderosa para decretar o fim das velhas ideias. Tradução de Cristina Yamagami. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. 17. ed. rev. e atual. Tradução de Roneide Venancio Majer. São Paulo: Paz & Terra, 2016.

DI FELICE, Massimo. **Paisagens pós-urbanos**: o fim da experiência urbana e as formas comunicativas do habitar. São Paulo: Annablume, 2009.

HILLIS, Ken. **Sensações digitais**: espaço, identidade e corporificações na realidade virtual. Tradutoda Leila Mendes. São Leopoldo: Unisinos, 2003.

LISBOA, Marcelo Jucá. Metodologia Jurídica e sua relação com o conceito, interpretação e aplicação do Direito: uma visão panorâmica. **Revista Jurídica Luso-Brasileira**, Lisboa, ano 2, n. 2, p. 849-909, 2016.

MONEBHURRUN, Nitish; VARELLA, Marcelo D. O que é uma boa tese de doutorado em Direito? Uma análise a partir da própria percepção dos programas. **Revista Brasileira de Políticas Públicas**, Brasília, DF, v. 3, n. 2, p. 423-443, jul./dez. 2013.

SCHLEMMER, Eliane; MORGADO, Leonel; MOREIRA, José António Marques. Educação e transformação digital: o habitar do ensinar e do aprender, epistemologias reticulares e ecossistemas de inovação. **Interfaces da Educação**, Paranaíba, v. 11, n. 32, p. 764-790, 2020.

SIEMS, Mathias M. A World without Law Professors. *In:* VAN HOECKE, Mark (ed.). **Methodologies of Legal Research**: which kind of method for what kind of discipline? Oxford: Hart Publishing, 2013. p. 71-86.

STAKE, Robert E. **A arte da investigação com estudos de caso**. 4. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2016.

TALBERT, Robert. **Guia para utilização da aprendizagem invertida no ensino superior**. Tradução Sandra Maria Mallmann da Rosa. Porto Alegre: Penso, 2019.

YOGUI, Ricardo. Framework de inovação para organizações modernas. **Project Design Management**, [*s. l.*], ano 15, n. 75, p. 68-73, jun./jul. 2017.

IDENTIFICAÇÃO

Programa de Pós-Graduação em Direito

Nível: ☐ Mestrado ☒ Doutorado

Disciplina: **Tópico Especial I: Jurisprudência da Exceção: Premissas em Carl Schmitt, Giorgio Agamben e na Teoria dos Sistemas Sociais Autopoiéticos**

Carga horária: 15h/a

Créditos: 01 crédito

Área temática: Direito

Professores: **Leonel Severo Rocha**

Dr. EHESS-Paris

Pós-Doutor pela Universidade de Lecce-Itália Pesquisador 1 CNPq

João Paulo Salles Pinto

Doutor pela UNISINOS

Bolsista de Pós-Doutorado do CNPq

EMENTA

A Exceção em Carl Schmitt. A Exceção em Giorgio Agamben. A Exceção e sua relação com os paradoxos e a decisão judicial na Teoria dos Sistemas Autopoiétiocos. Auto-observação Jurídica. Organização e Decisão. O Guardião da Exceção. Jurisprudência da Exceção.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Os encontros serão nas segundas-feiras, às 14 horas, de forma hibrida, com início em 16/09/2024 até o dia 11/11/2024. As discussões serão quinzenais e pretendem abordar os seguintes temas:

1) Introdução à questão da exceção na contemporaneidade

2) A exceção em Carl Schmitt e sua releitura a partir da questão do mistério da economia

3) A exceção em Giorgio Agamben e sua releitura a partir da questão da teoria da potência destituinte e da inoperosidade anômica

4) A exceção para a matriz pragmático-sistêmica

5) A exceção e a organização dos Tribunais

6) A exceção e a decisão judicial

7) Estudos de casos

OBJETIVOS

O Seminário pretende abordar as diferentes perspectivas de Carl Schmitt, Giorgio Agamben e a Teoria dos Sistemas Sociais Autopoiéticos em relação à questão da exceção e decisão judicial, ou como preferimos chamar, da "jurisprudência da exceção"

METODOLOGIA

Serão utilizadas variadas metodologias para o desenvolvimento das atividades planejadas, especialmente preparação e apresentação de seminários e de relatórios de leitura, pesquisa em sala de aula, estudos de casos, construção de mapas conceituais, design thinking, frameworks, árvores de decisão e outros modelos.

AVALIAÇÃO

A avalição consistirá inteiramente pela participação ativa nas aulas, pontualidade e considerações nas discussões.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

AGAMBEN, Giorgio. **Estado de exceção**: Homo sacer, II, 1. Tradução de Iraci D. Poleti. São Paulo: Boitempo, 2005. Publicado originalmente Stato di Eccezione. (Coleção Estado de Sítio).

AGAMBEN, Giorgio. **Homo Sacer**: o poder soberano e a vida nua 1. Trad. Henrique Burigo. 2. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

AGAMBEN, Giorgio. **O uso dos corpos**: homo sacer, IV, 2. São Paulo: Boitempo, 2017.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 572 Distrito Federal**. Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental. ADPF. Portaria GP nº 69 de 2019. Preliminares superadas. Julgamento de medida cautelar convertido no mérito. Processo suficientemente instruído. Incitamento ao fechamento do STF [...]. Requerente: Rede Sustentabilidade. Intimado: Presidente do Supremo Tribunal Federal. Relator: Min. Edson Fachin, 18 de junho de 2020. Disponível em: https://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=754371407. Acesso em: 14 mar. 2023.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Inquérito nº 4.781**. Segredo de Justiça. Relator: Min. Alexandre de Moraes, [2019]. Disponível em: https://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=5651823. Acesso em: 14 mar. 2023.

LUHMANN, Niklas. **Das Recht der Gesellschaft**. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1993.

LUHMANN, Niklas. **Organizzazione e decisione**. Trad. Giancarlo Corsi. Milano: Bruno Mondadori, 2005.

PINTO, João Paulo Salles. **Corrupção sistêmica e direitos humanos**: o lugar do paradoxo na autodescrição do direito. Curitiba: Jurúa, 2018.

PINTO, João Paulo Salles. **Proibição do non liquet e exceção**: premissas para uma observação pragmático-sistêmica. 2024. Tese (Doutorado em Direito) – Programa de Pós-Graduação em Direito, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2024.

PINTO, João Paulo Salles.; SIMIONI, R. L. Ecos do decisionismo de Carl Schmitt no Supremo Tribunal Federal Brasileiro: o soberano, a relativização da garantia da presunção da inocência e o estado de coisas inconstitucional. *In:* ENCONTRO INTERNACIONAL DO CONPEDI, 7., 2017, Braga, 2017, Braga. **Teorias do Direito, da decisão e realismo jurídico**. Curitiba: CONPEDI: UMinho, 2017. v. 1, p. 145-163.

ROCHA, Leonel Severo ; PINTO, João Paulo Salles. Os direitos humanos como semântica (des)paroxal contemporânea da autodescrição do sistema jurídico. **Revista Quaestio Iuris**, [*s. l.*], v. 14, p. 1001-1038, 2021.

ROCHA, Leonel Severo. Epistemologia do Direito: revisitando as três matrizes jurídicas. **RECHTD**, [*s. l.*], n. 5, p. 141-149, 2013.

ROCHA, Leonel Severo. **Epistemologia jurídica e democracia**. 2. ed. São Leopoldo: UNISINOS, 2006.

ROCHA, Leonel Severo. **Paradoxos da auto-observação**: percursos da teoria jurídica contemporânea. 2. ed. rev. e atual. Ijuí: Unijuí, 2013.

ROCHA, Leonel Severo. Teoria do Direito no Século XXI: da semiótica à autopoiese. Santa Catarina, **Seqüência**, n. 62, p. 193-222, 2011. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/sequencia/article/view/2177-7055.2011v32n62p193/18578. Doi: 10.5007/2177-7055.2011v32n62p193. Acesso em: 8 maio 2023.

ROCHA, Leonel Severo; PINTO, João Paulo Salles. Fake news e a improbabilidade da comunicação pela comunicação da exceção. **Seqüência**: Estudos Jurídicos Políticos, [*s. l.*], v. 44, n. 93, p. 1-28, 2023. Disponível em: https://doi.org/10.5007/2177-7055.2023.e94267. Acesso em: 3 set. 2024.

SCHMITT, Carl. **Die Diktatur**. Munich: Duncker & Humblot, 1921

SCHMITT, Carl. **Gesetz und Urteil**: Eine Untersuchung zum Problem der Rechtspraxis. Berlin: O. Liebmann, 1912. Texto disponível em parte. Disponível em: http://www.digizeitschriften.de/dms/img/?PID=GDZPPN000076546&physid=phys307#navi. Acesso em: 26 set. 2023.

SCHMITT, Carl. **Teología política**. Madrid: Editorial Trotta, S.A, 2009.

SIMIONI, Rafael Lazzarotto; PINTO, João Paulo Salles. Paradoxos na autodescrição do sistema do direito: corrupção sistêmica e o ativismo judicial. **Revista Eletrônica do Curso de Direito da UFSM**, Santa Maria, v. 14, n. 2, e30746, maio./ago. 2019. ISSN 1981-3694. Disponível em: https://periodicos.ufsm.br/revistadireito/article/view/30746 Acesso em: 6 abr. 2023.

TEUBNER, Gunther. The law before its law: Franz Kafka on the (im)possibility of law's self reflection. **Direito.UnB - Revista de Direito da Universidade de Brasília**, Brasília, v. 1, n. 1, p. 12-31, 1 jan. 2014. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/revistadedireitounb/article/view/24620. Acesso em: 04 maio 2023.

TEUBNER, Gunther. Tratando com paradoxos do direito: Derrida, Luhmann, Wiethölter. *In:* TEIXEIRA, Anderson Vichinkeski; OLIVEIRA, Elton Somensi (org.). **Correntes contemporâneas do pensamento jurídico**. Barueri: Manole, 2010. p. 173.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

AGAMBEN, Giorgio. **O Reino e a Glória**: uma genealogia teológica da economia e do governo. São Paulo: Boitempo, 2011.

BOBBIO, Norberto. **Da estrutura à função**: novos estudos de teoria do direito. São Paulo: Manole, 2006.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal (Tribunal Pleno). **Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 153 Distrito Federal**. Lei n. 6. 683/79, a chamada "Lei de Anistia". Artigo 5º, *caput*, III e XXXIII da Constituição do Brasil [...]. Argumentante: Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). Arguido: Presidente da República e Congresso Nacional. Relator: Min. Eros Grau, 29 de abril de 2010. Disponível em http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=612960. Acesso em: 12 mar. 2023.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal (Tribunal Pleno). **Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 347 Distrito Federal**. Relator: Min. Marco Aurélio, [2015]. Disponível em: http://www.stf.jus.br/portal/processo/verProcessoPeca.asp?id=308712125&tipoApp=.pdf. Acesso em: 06 nov 2024.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal (X. Turma). Habeas Corpus nº 126.292 São Paulo. Constitucional. Habeas Corpus. Princípio constitucional da presunção de inocência (CF, ART. 5º, LVII). Sentença penal condenatória confirmada por tribunal de segundo grau de jurisdição. Execução provisória. Possibilidade [...]. Impetrante: Maria Claudia de Seixas. Paciente: Marcio Rodrigues Dantas. Relator: Min. Teori Zavascki, 17 de fevereiro de 2016. Disponível em: https://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=10964246. Acesso em: 17 nov. 2023. **FOI JULGADO PELO PLENÁRIO, saiu da turma**

BRASIL. Supremo Tribunal Federal (x. Turma). Recurso Extraordinário 1.235.340 Santa Catarina. Relator: Min. Roberto Barroso, [2019]. Direito Constitucional Penal. Recurso extraordinário. Feminicídio e posse ilegal de arma de fogo. Condenação pelo Tribunal do Júri. Soberania dos Veredictos. Constitucionalidade da execução imediata da pena. Recurso extraordinário provido. Disponível em: https://portal.stf.jus.br/jurisprudenciaRepercussao/verAndamentoProcesso.asp?incidente=5776893&numeroProcesso=1235340&classeProcesso=RE&numeroTema=1068. Acesso em: 5 ago. 2023. https://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=5776893. **FOI JULGADO PELO PLENÁRIO, saiu da turma**

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Ação Declaratória de Constitucionalidade 44 Distrito Federal**. Requerente: Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (CFOAB). Intimado: Presidente da República. Relator: Min. Marco Aurélio, [2016]. Disponível em: http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/noticiaNoticiaStf/anexo/ADC44.pdf. Acesso em: 26 maio 2021.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 572 Distrito Federal**. Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental. ADPF. Portaria GP nº 69 de 2019. Preliminares superadas. Julgamento de medida cautelar convertido no mérito. Processo suficientemente instruído. Incitamento ao fechamento do STF [...]. Requerente: Rede Sustentabilidade. Intimado: Presidente do Supremo Tribunal Federal. Relator: Min. Edson Fachin, 18 de junho de 2020. Disponível em: https://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=754371407. Acesso em: 14 mar. 2023.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Inquérito n° 4.874**. Segredo de Justiça. Relator: Min. Alexandre de Moraes, [2021]. Disponível em: https://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=6214799. Acesso em: 14 mar. 2023.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Inquérito n° 4.923**. Autor: Ministério Público Federal. Investigado: Ibaneis Rocha Barros Júnior, Anderson Gustavo Torres, Fernando de Sousa Oliveira e Fábio Augusto Vieira. Relator: Min. Alexandre de Moraes, 13 de junho de 2023. Disponível em: https://www.stf.jus.br/arquivo/cms/noticiaNoticiaStf/anexo/INQ4923Monark.pdf. Acesso em: 15 jun. 2023.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Inquérito nº 4.781**. Segredo de Justiça. Relator: Min. Alexandre de Moraes, [2019]. Disponível em: https://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=5651823. Acesso em: 14 mar. 2023.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Portaria GP n° 69, de 14 de março de 2019**. Brasília, DF: Supremo Tribunal Federal, 2019. Disponível em: https://www.conjur.com.br/dl/comunicado-supremo-tribunal-federal1.pdf. Acesso em: 17 mar. 2023.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Referendo na Medida Cautelar na Ação Direta de Inconstitucionalidade 6.357 Distrito Federal**. Referendo de medida cautelar. Ação direta de inconstitucionalidade. Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Arts. 14, 16, 17 e 24. Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO/2020). Art. 114, caput, e parágrafo 14. Interpretação conforme à Constituição [...]. Requerente: Presidente da República. Intimado: Presidente da República e Congresso Nacional. Relator: Min. Alexandre de Moraes, 13 de maio de 2020. Disponivel em: https://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=754438956 Acesso em: 14 jun. 2023.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Referendo na Medida Cautelar na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 779 Distrito Federal**. Referendo de medida cautelar. Arguição de descumprimento de preceito fundamental. Interpretação conforme à Constituição. Artigos 23, inciso II, e 25, caput e parágrafo único, do Código Penal e art. 65 do Código de Processo Penal. "Legítima defesa da honra" [...]. Requerente: Partido Democrático Trabalhista. Intimado: Presidente da República. Relator: Min. Dias Tofoli, 15 de março de 2021. Disponível em: https://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=755906373. Acesso em: 06 nov. 2024.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Regimento interno**. Atualizado até a Emenda Regimental n. 58/2022. Brasília, DF: Supremo Tribunal Federal, 2023. Disponível em: https://www.stf.jus.br/arquivo/cms/legislacaoRegimentoInterno/anexo/RISTF.pdf Acesso em: 14 mar. 2023.

FEBBRAJO, Alberto. **Sociologia do constitucionalismo**: constituição e teoria dos sistemas. Curitiba: Juruá, 2016.

KELSEN, Hans. **Teoria Pura do Direito**. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

LEFORT, Claude. **Pensando o político**: ensaios sobre democracia, revolução e liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

LUHMANN, Niklas. **O direito da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 2016.

ROSANVALLON, Pierre. **La legitimidad democrática**: imparcialid, reflexividad y proximidad. Barcelona: Paidos, 2010.

SCHMITT, Carl. La dictadura. **Desde los comienzos del pensamiento moderno de la soberania hasta la lucha de clases proletaria**. Trad. José Díaz García. Alianza: Madrid, 1999.

SCHMITT, Carl. **O conceito do político e teoria do Partisan**. Belo Horizonte: Del Rey, 2009.

SCHMITT, Carl. **O guardião da Constituição**. Belo Horizonte: Del Rey, 2007.

SCHMITT, Carl. **O nomos da terra no direito das gentes do jus publicum europaeum**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2014.

SCHMITT, Carl. **Politische Theologie**. Munich: Duncker & Humblot, 1922

SCHMITT, Carl. **Staat, Bewegung, Volk**. Hamburg: Hanseatische Verlagsanstalt, 1935.

SCHMITT, Carl. **Teologia política I e II**. Belo Horizonte: Del Rey, 2006.

TEUBNER, Gunther. **Direito, sistema e policontexturalidade**. Unimep: Piracicaba, 2005.

TEUBNER, Gunther. **Fragmentos constitucionais**: constitucionalismo social na globalização. São Paulo: Saraiva, 2016.

IDENTIFICAÇÃO

Programa de Pós-Graduação em Direito

Nível: ☐ Mestrado ☒ Doutorado

Disciplina: **Direito da Integração (Módulo Jean Monnet)**

Ano/Semestre: 2024/2

Carga horária total: 45 Horas/Aula

Créditos: 03

Área Temática: Direito

Código da Disciplina: 120648

Professora: Dra. Luciane Klein Vieira

EMENTA

Fundamentos teóricos, históricos, econômicos e jurídicos da integração regional. Tipologia e objetivos econômicos da integração. A União Europeia e o MERCOSUL. Estrutura orgânica e funcionamento. Direito originário e derivado. O sistema de solução de controvérsias e a formação dos princípios do direito da integração. A aplicação do Direito da Integração pelo juiz nacional. Perspectivas de outros esquemas de integração regional.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Parte Geral

1. Direito internacional, direito da integração e direito comunitário. Semelhanças e diferenças. Sujeitos e fontes. Classificação e características dos esquemas de integração regional. Estrutura institucional e sistema de solução de controvérsias.

2. Objetivos econômicos da integração: zona de livre comércio, união aduaneira, mercado comum, união econômica e monetária. As exceções ao sistema multilateral de comércio e a cláusula da nação mais favorecida. O multilateralismo e o regionalismo.

Parte Especial

1. A União Europeia (UE).

   a) Evolução histórica do processo de integração na Europa. O Tratado de Paris de 1951 e a Comunidade Econômica do Carvão e do Aço (CECA). Os Tratados de Roma de 1957 e a criação da Comunidade Econômica Europeia (CEE) e da Comunidade Europeia da Energia Atômica (EURATOM). O procedimento de adesão e de saída de um Estado Membro. O BREXIT. Objetivos econômicos.
   b) A estrutura institucional da União Europeia. O processo de tomada de decisões e de elaboração de normas. A distribuição de competências. As instituições da União Europeia: Conselho Europeu, Comissão, Parlamento, Conselho de Ministros, Tribunal Geral, Tribunal de Justiça, Comitês, Banco Central Europeu.
   c) O Direito da União Europeia: direito originário e derivado. Fontes. Elaboração, adoção e aplicação do Direito da União Europeia. Os princípios do Direito da União Europeia. A Ata Única de 1986 e as modificações ao Tratado de Roma. O Tratado de Maastricht de 1991. O Tratado de Ámsterdam. O Tratado de Nice e as alterações no plano institucional.

O projeto de um tratado constitucional da União Europeia. O Tratado de Lisboa. A Carta de Direitos Fundamentais.

d) A origem e a hierarquia da Carta de Direitos Fundamentais na União Europeia. O papel do Tribunal de Justiça da União Europeia na consolidação do respeito aos direitos humanos no bloco europeu. As previsões da Carta de Direitos Fundamentais da União Europeia e do direito derivado com relação à proteção do consumidor e à proteção de dados.
e) Os direitos e garantias ao trabalhador migrante previstos na Carta de Direitos Fundamentais da União Europeia e no direito derivado: a política de igualdade e não discriminação.
f) As iniciativas de democracia participativa e democracia representativa no bloco europeu como formas de exercício da cidadania e as prescrições da Carta de Direitos Fundamentais da União Europeia.
g) O Tribunal de Justiça da União Europeia. Competências. A questão prejudicial. A construção jurisprudencial dos princípios do Direito da União Europeia: casos Van Gend en Loos (1963), Costa c/ Enel (1964), Simmenthal (1978), Cassis de Dijon (1979) e Francovich (1991). Os leading cases em matéria de proteção ao consumidor, proteção de dados, proteção do trabalhador migrante e exercício da cidadania, à luz das prescrições da Carta de Direitos Fundamentais da União Europeia.

2. O Mercado Comum do Sul (MERCOSUL).

a) Evolução histórica do processo de integração entre Brasil e Argentina. A Ata de Alvorada (1988). O Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento (1988). A Ata de Buenos Aires (1990). O Acordo de Alcance Parcial de Complementação Econômica – AAP.CE nº 14 (1990). O Tratado de Assunção (1991).
b) O MERCOSUL. Fontes. Direito originário e derivado. Tratado de Assunção (1991). Protocolo de Brasília para Solução de Controvérsias (1991). Protocolo de Ouro Preto (1994). Protocolo de Olivos (2002). Protocolo de Ushuaia (1998). Protocolo de Assunção sobre Compromisso com a Promoção e Proteção dos Direitos Humanos (2005). Protocolos de Adesão. Os princípios do Direito do MERCOSUL.
c) A integração regional e a Constituição Federal de 1998 (Brasil). Direito da Integração e direito interno. Hierarquia das normas e resolução do conflito de fontes. A integração regional e a Constituição dos Estados Partes do MERCOSUL (Argentina, Paraguai, Uruguai e Venezuela).
d) A relação MERCOSUL – ALADI (Associação Latino-americana de Integração). A inscrição do MERCOSUL no GATT/OMC: a cláusula de habilitação. A participação do MERCOSUL nas negociações multilaterais.
e) A estrutura orgânica do MERCOSUL. Órgãos com capacidade decisória: Conselho do Mercado Comum (CMC), Grupo do Mercado Comum (GMC), Comissão de Comércio do MERCOSUL (CCM). O Parlamento do MERCOSUL. A Secretaria. O Tribunal Permanente de Revisão (TPR).
f) Mecanismos para a solução de controvérsias: de Brasília a Olivos. A cláusula de opção de foro. A participação do particular e dos Estados Partes. As etapas do sistema de solução de controvérsias. O Protocolo de Olivos II (2007). As competências do Tribunal Permanente de Revisão e a formação dos princípios do Direito do MERCOSUL. Opiniões consultivas e laudos arbitrais.

g) O Estatuto da Cidadania do MERCOSUL: antecedentes e hierarquia no Direito do MERCOSUL. Os eixos temáticos do Estatuto, com especial referência à proteção do consumidor, proteção de dados, proteção do trabalhador migrante e exercício da cidadania. As contribuições da Carta de Direitos Fundamentais da União Europeia para a consolidação do Estatuto da Cidadania do MERCOSUL.

OBJETIVOS

1. Compreender a integração no contexto da transnacionalização do Direito, da transdisciplinaridade e da globalização, refletindo criticamente sobre a mutação das disciplinas jurídicas atingidas pela regulação regional e o seu impacto no direito interno dos Estados.

2. Brindar ferramentas que possibilitem a identificação das normas produzidas por cada esquema de integração, sua forma de aprovação, interpretação e aplicação, assim como o seu status hierárquico no direito dos Estados que integram o respectivo bloco econômico, com especial referência à Carta de Direitos Fundamentais da União Europeia e ao Estatuto da Cidadania do MERCOSUL.

3. Viabilizar a comparação dos esquemas de integração da União Europeia e do MERCOSUL, especialmente no que se refere ao tipo econômico, à estrutura institucional e ao tratamento dispensado aos direitos humanos, para que seja possível estabelecer as semelhanças e diferenças, assim como o grau de compromisso dos Estados na consecução dos objetivos previstos nos tratados-marco.

METODOLOGIA

Para o desenvolvimento da disciplina será empregada a metodologia ativa, que consiste em exposição e orientação, por parte do professor, além da apresentação de seminários e atividades, por parte dos alunos, para discussão e análise de textos e jurisprudência, sendo recomendável a leitura da bibliografia indicada em cada aula. Durante o transcurso das aulas, será importante a participação do aluno nos debates realizados.

AVALIAÇÃO

Serão considerados os seguintes critérios para a avaliação continuada do processo de aprendizagem do aluno:

- Participação nos debates (10%);
- Apresentação de seminário (30%);
- *Paper* final (60%) a ser entregue na Secretaria do PPGDir, em data a definir.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ALONSO GARCÍA, Ricardo. **Sistema jurídico de la Unión Europea**. 5. ed. [*S. l.*]: Aranzadi, 2014.

BORCHARDT, Klaus-Dieter. **O ABC do Direito da União Europeia**. Luxemburgo: Serviço das Publicações da União Europeia, 2017.

CALAHORRO, Augusto Aguilar. A eficácia da Carta de Direitos Fundamentais da União Europeia à luz da jurisprudência mais recente do Tribunal de Justiça. **Espaço Jurídico Journal of Law [EJJL]**, [*s. l.*], v. 21, n. 2, p. 389-418, 2020. Disponível em: https://periodicos.unoesc.edu.br/espacojuridico/article/view/23781. Acesso em: 5 jul. 2024.

DEL'OLMO, Florisbal de Souza; MACHADO, Diego Pereira. **Direito da Integração, Direito Comunitário, MERCOSUL e União Europeia**. Salvador: JUSPODIVM, 2011.

DIZ, Jamile Bergamaschine Mata; JAEGER JÚNIOR, Augusto. Por uma teoria jurídica da integração regional: a inter-relação direito interno, direito internacional público e direito da integração. **Revista de Direito Internacional**, Brasília, DF, v. 12, n. 2, p. 138-158, 2015. Disponível em: https://www.publicacoesacademicas.uniceub.br/rdi/article/view/3710. Acesso em: 5 jul. 2024.

KLINGL, Bernard J. L. de G. **A evolução do processo de tomada de decisão na União Europeia e sua repercussão para o Brasil**. Brasília, DF: Fundação Alexandre de Gusmão, 2014.

KNOLL, Silvina Barón. El MERCOSUR a 30 años de su creación. Balance y perspectivas en torno al sistema de solución de controversias en el bloque. *In:* VIEIRA, Gustavo Oliveira (org.) **MERCOSUL 30 anos**: caminhos e possibilidades. Curitiba: Instituto Memória, 2021. p. 143-155.

MARTÍN, Araceli Mangas (dir.). **Carta de los Derechos Fundamentales de la Unión Europea**: comentario artículo por artículo. Bilbao: Fundación BBVA, 2008. Disponível em: https://www.fbbva.es/publicaciones/carta-de-los-derechos-fundamentales-de-la-union-europea-comentario-articulo-por-articulo/. Acesso em: 5 jul. 2024.

MAZZUOLI, Valério de Oliveira; GOMES, Eduardo Biacchi (org.). **Direito da Integração Regional**: diálogo entre jurisdições na América Latina. São Paulo: Saraiva, 2015.

NEGRO, Sandra (dir.). **Derecho de la Integración**. 3. ed. Montevideo: BdeF, 2018. t. 1.

TAVARES, Sérgio Maia. Quid Iuris? A União Europeia e o novo locus standi dos direitos humanos: a construção da efetividade da Carta de Direitos Fundamentais, a reforma de Lisboa e o artigo 6º, TUE. **Revista de la Secretaría del Tribunal Permanente de Revisión**, [*s. l.*], n. 2, p. 313-349, 2013. Disponível em: https://www.revistastpr.com/index.php/rstpr/article/view/21. Acesso em: 5 jul. 2024.

TEMOTHEO, Reinaldo (coord.). **O novo acordo MERCOSUL-União Europeia em perspectiva**. Rio de Janeiro: Konrad Adenauer Stiftung, 2020.

VENTURA, Deisy de Freitas Lima. **As assimetrias entre o MERCOSUL e a União Europeia**. Barueri: Manole, 2003.

VIEIRA, Luciane Klein; COSTA, Vitória Volcato da. O Estatuto da Cidadania do MERCOSUL e a Carta de Direitos Fundamentais da União Europeia: uma análise comparativa sobre o avanço da cidadania regional. **Revista Electrónica Instituto de Investigaciones Jurídicas y Sociales Ambrosio L. Gioja**, [*s. l.*], n. 27, p. 105-125, dic./mayo 2022. Dossier: Incidencias de la integración regional en el mundo jurídico: a 30 años de la constitución del MERCOSUR. Disponível em:

http://www.derecho.uba.ar/revistas-digitales/index.php/revistaelectronicagioja/article/view/577/372. Acesso em: 5 jul. 2024.

VIEIRA, Luciane Klein. **Interpretação e aplicação uniforme do direito da integração**: União Europeia, Comunidade Andina, Sistema da Integração Centro-americana e MERCOSUL. Curitiba: Juruá, 2013.

VIEIRA, Luciane Klein; NEGRO, Sandra C. (org.). **O Estatuto da Cidadania do MERCOSUL**. São Leopoldo: Casa Leiria, 2023. Disponível em: http://www.guaritadigital.com.br/casaleiria/acervo/direito/estatutocidadania/index.html?fbclid=IwAR33cCJPOWsOOJBtPgzL1z10FMc8WVEKkaJpRhCNnt7v1eyhqKBtp269rsA. Acesso em: 5 jul. 2024.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ALVES, Dora Resende; MAGALHÃES, Maria Manuela. A iniciativa de cidadania europeia num contexto de democracia. **Revista de Direitos Humanos e Democracia**, [s. l.], n. 14, p. 15-29, jul./dez. 2019. Disponível em: https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/direitoshumanosedemocracia/article/view/9526. Acesso em: 5 jul. 2024.

CÁMARA VILLAR, Gregorio. Los derechos fundamentales en el proceso histórico de construcción de la Unión Europea y su valor en el Tratado Constitucional. **Revista de Derecho Constitucional Europeo**, [*s. l.*], n. 4, 2005. Disponível em: https://personal.us.es/juanbonilla/contenido/CM/LECTURAS%20RECOMENDADAS/CAMARA%20VILL AR.pdf. Acesso em: 5 jul. 2024.

CAPUCIO, Camila. **Comércio Internacional e Integração Regional**: a OMC e o regionalismo. 2. ed. Belo Horizonte: Arraes, 2017.

D'ISEP, Clarissa Ferreira Macedo. MERCOSUL e o meio ambiente: perspectivas da tutela ambiental regional. **Revista de Direito Internacional**, Brasília, DF, v. 14, n. 1, p. 283-293, 2017. Disponível em: https://www.publicacoesacademicas.uniceub.br/rdi/article/view/4349. Acesso em: 5 jul. 2024.

JAEGER JUNIOR, Augusto. **Mercados comum e interno e liberdades econômicas fundamentais**. Curitiba: Juruá, 2010.

MASSENO, Manuel David. Como a União Europeia procura proteger os cidadãos-consumidores em tempos de big data. **Revista Eletrônica do Curso de Direito da UFSM**, [*s. l.*], v. 14, n. 3, 2019. Disponível em: https://periodicos.ufsm.br/revistadireito/article/view/41708. Acesso em: 5 jul. 2024.

MOURA, Aline Beltrame de. Relação entre a recepção das normas de direito internacional e o grau de abertura das constituições aos fenômenos de integração regional. **Revista da Secretaria do Tribunal Permanente de Revisão**, Assunção, n. 12, p. 287-301, 2018. Disponível em: http://revistastpr.com/index.php/rstpr/article/view/288/155186. Acesso em: 5 jul. 2024.

NEGRO, Sandra C.; VIEIRA, Luciane Klein (org.). **MERCOSUL 30 anos**: passado, presente e futuro. São Leopoldo: Casa Leiria, 2021. Disponível em:

http://www.guaritadigital.com.br/casaleiria/acervo/direito/mercosul30anos/index.html. Acesso em: 5 jul. 2024.

SALLES, Marcus Maurer de; FERREIRA, Guilherme Augusto Guimarães; DIAS, Maurício. O Estatuto da Cidadania do MERCOSUL: os fundamentos jurídico-institucionais para a construção de uma cidadania regional. **BJIR**, Marília, v. 10, n. 1, p. 55-74, jan./abr. 2021. Disponível em: https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/bjir/article/view/12550. Acesso em: 5 jul. 2024.

SARMIENTO, Daniel. **El Derecho de la Unión Europea**. Madrid: Marcial Pons, 2016.

SCHÖNFELDER, Nina; WAGNER, Helmut. Impact of European integration on institutional development. **Journal of Economic Integration**, [*s. l.*], v. 31, n. 3, p. 472-530, 2016.

SOARES, Mário Lúcio Quintão. **Direitos Fundamentais e Direito da União Europeia em momento de tensão**. Belo Horizonte: Arraes, 2017.

VASCONCELOS, Raphael de Carvalho. Los 30 años del MERCOSUR: retos, logros y el futuro de la integración regional. **Revista de la Secretaría del Tribunal Permanente de Revisión**, Asunción, n. 17, p. 162-171, 2021. Disponível em: http://revistastpr.com/index.php/rstpr/article/view/447/155265. Acesso em: 5 jul. 2024.

VIEIRA, Luciane Klein. El MERCOSUR y la preocupación con la salud y seguridad del consumidor: una mirada a partir de las Directrices de Naciones Unidas de Protección al Consumidor y de lo prescripto en el Tratado de Asunción. *In:* NEGRO, Sandra (dir.). **Acuerdo Unión Europea – MERCOSUR**: La Comercialización de Alimentos en la Unión Europea y el MERCOSUR. Montevideo: BdeF, 2019. p. 121-150.

VIEIRA, Luciane Klein; ARRUDA, Elisa. A relação entre o grau de integração e o sistema de solução de controvérsias: um estudo comparativo entre a União Europeia e o MERCOSUL. In: Revista de Direito Internacional, Brasília, DF, v. 15, n. 2, p. 285-306, 2018. Disponível em: https://www.publicacoesacademicas.uniceub.br/rdi/article/view/5160. Acesso em: 04 nov. 2024.

IDENTIFICACIÓN

Programa de Posgrado en Derecho

Nível: ☐ Mestrado ☒ Doutorado

Disciplina: **Derecho de la Integración (Módulo Jean Monnet)**

Ano/Semestre: 2024/2

Nível: Maestría

Cantidad de horas: 45 Horas/Aula

Créditos: 03

Área Temática: Derecho

Código de la Disciplina: 120648

Profesora: Doctora Luciane Klein Vieira

EMENTA

Fundamentos teóricos, históricos, económicos y jurídicos de la integración regional. Tipología y objetivos económicos de la integración. La Unión Europea y el MERCOSUR. Estructura orgánica y funcionamiento. Derecho originario y derivado. El sistema de solución de controversias y la formación de los principios del derecho de la integración. La aplicación del Derecho de la Integración por el juez nacional. Perspectivas de otros esquemas de integración regional.

CONTENIDO DEL PROGRAMA

Parte General

3. Derecho internacional, derecho de la integración y derecho comunitario. Semejanzas y diferencias. Sujetos y fuentes. Clasificación y características de los esquemas de integración regional. Estructura institucional y sistema de solución de controversias.
4. Objetivos económicos de la integración: zona de libre comercio, unión aduanera, mercado común, unión económica y monetaria. Las excepciones al sistema multilateral de comercio y la cláusula de la nación más favorecida. El multilateralismo y el regionalismo.

Parte Especial

3. La Unión Europea (UE).

    h) Evolución histórica del proceso de integración en Europa. El Tratado de Paris de 1951 y la Comunidad Económica del Carbón y del Acero (CECA). Los Tratados de Roma de 1957 y la creación de la Comunidad Económica Europea (CEE) y de la Comunidad Europea de la Energía Atómica (EURATOM). El procedimiento de adhesión y de salida de un Miembro. El BREXIT. Objetivos económicos.
    i) La estructura institucional de la Unión Europea. El proceso de toma de decisiones y de elaboración de normas. La distribución de competencias. Las instituciones de la Unión Europea: Consejo Europeo, Comisión, Parlamento, Consejo de Ministros, Tribunal General, Tribunal de Justicia, Comités, Banco Central Europeo.
    j) El Derecho de la Unión Europea: derecho originario y derivado. Fuentes. Elaboración, adopción y aplicación del Derecho de la Unión Europea. Los principios del Derecho de la Unión Europea. El Acta Única de 1986 y las modificaciones al Tratado de Roma. El

Tratado de Maastricht de 1991. El Tratado de Amsterdam. El Tratado de Niza y las modificaciones en el plan institucional. El proyecto de un tratado constitucional de la Unión Europea. El Tratado de Lisboa. La Carta de Derechos Fundamentales.

k) El origen y la jerarquía de la Carta de Derechos Fundamentales en la Unión Europea. El rol del Tribunal de Justicia de la Unión Europea en la consolidación del respeto a los derechos humanos en el bloque europeo. Las previsiones de la Carta de Derechos Fundamentales de la Unión Europea y del derecho derivado con relación a la protección del consumidor y a la protección de datos.
l) Los derechos y garantías del trabajador migrante previstos en la Carta de Derechos Fundamentales de la Unión Europea y en el derecho derivado: la política de igualdad y no discriminación.
m) Las iniciativas de democracia participativa y democracia representativa en el bloque europeo como formas de ejercicio de la ciudadanía y las prescripciones de la Carta de Derechos Fundamentales de la Unión Europea.
n) El Tribunal de Justicia de la Unión Europea. Competencias. La cuestión prejudicial. A construcción jurisprudencial de los principios del Derecho de la Unión Europea: casos Van Gend en Loos (1963), Costa c/ Enel (1964), Simmenthal (1978), Cassis de Dijon (1979) y Francovich (1991). Los *leading cases* en materia de protección al consumidor, protección de datos, protección del trabajador migrante y ejercicio de la ciudadanía, a la luz de las prescripciones de la Carta de Derechos Fundamentales de la Unión Europea.

4. El Mercado Común del Sur (MERCOSUR).

h) Evolución histórica del proceso de integración entre Brasil y Argentina. El Acta de Alborada (1988). El Tratado de Integración, Cooperación y Desarrollo (1988). El Acta de Buenos Aires (1990). El Acuerdo de Alcance Parcial de Complementación Económica – AAP.CE nº 14 (1990). El Tratado de Asunción (1991).
i) El MERCOSUR. Fuentes. Derecho originario y derivado. Tratado de Asunción (1991). Protocolo de Brasilia para Solución de Controversias (1991). Protocolo de Ouro Preto (1994). Protocolo de Olivos (2002). Protocolo de Ushuaia (1998). Protocolo de Asunción sobre Compromiso con la Promoción y Protección de los Derechos Humanos (2005). Protocolos de Adhesión. Los principios del Derecho del MERCOSUR.
j) La integración regional y la Constitución Federal de 1998 (Brasil). Derecho de la Integración y derecho interno. Jerarquía de las normas y resolución del conflicto de fuentes. La integración regional y la Constitución de los Estados Partes del MERCOSUR (Argentina, Bolivia, Paraguay, Uruguay y Venezuela).
k) La relación MERCOSUR – ALADI (Asociación Latinoamericana de Integración). La inscripción del MERCOSUR en el GATT/OMC: la cláusula de habilitación. La participación del MERCOSUR en las negociaciones multilaterales.
l) La estructura orgánica del MERCOSUR. Órganos con capacidad decisoria: Consejo del Mercado Común (CMC), Grupo del Mercado Común (GMC), Comisión de Comercio del MERCOSUR (CCM). El Parlamento del MERCOSUR. La Secretaría. El Tribunal Permanente de Revisión (TPR).
m) Mecanismos para la solución de controversias: de Brasilia a Olivos. La cláusula de opción de foro. La participación del particular y de los Estados Partes. Las etapas del sistema de solución de controversias. El Protocolo de Olivos II (2007). Las competencias del Tribunal Permanente de Revisión y la formación de los principios del Derecho del MERCOSUR. Opiniones consultivas y laudos arbitrales.

n) El Estatuto de la Ciudadanía del MERCOSUR: antecedentes y jerarquía en el Derecho del MERCOSUR. Los ejes temáticos del Estatuto, con especial referencia a la protección del consumidor, protección de datos, protección del trabajador migrante y ejercicio de la ciudadanía. Las contribuciones de la Carta de Derechos Fundamentales de la Unión Europea para la consolidación del Estatuto de la Ciudadanía del MERCOSUR.

OBJETIVOS

4. Comprender la integración en el contexto de la transnacionalización del Derecho, de la interdisciplinaridad y de la globalización, reflexionando de forma crítica respecto al cambio de las disciplinas jurídicas afectadas por la regulación regional y su impacto en el derecho interno de los Estados.
5. Brindar herramientas que posibiliten la identificación de las normas producidas por cada esquema de integración, su forma de aprobación, interpretación y aplicación, así como su status jerárquico en el derecho de los Estados que integran el respectivo bloque económico, con especial referente a la Carta de Derechos Fundamentales de la Unión Europea y al Estatuto de la Ciudadanía del MERCOSUR.

6. Viabilizar la comparación de los esquemas de integración de la Unión Europea y del MERCOSUR, especialmente en lo que se refiere al tipo económico, a la estructura institucional y al trato dispensado a los derechos humanos, para que sea posible establecer las semejanzas y diferencias, así como el grado de compromiso de los Estados en la consecución de los objetivos previstos en los tratados-marco.

METODOLOGÍA

Para el desarrollo de la disciplina será empleada la metodología activa, que consiste en exposición y orientación, por parte del profesor, además de la realización de seminarios y actividades, por parte de los alumnos, para discusión y análisis de los textos y jurisprudencia, siendo recomendable la lectura de la bibliografía indicada en cada clase. En el trascurso de las clases, será importante la participación de los alumnos en los debates realizados.

EVALUACIÓN

Serán considerados los siguientes criterios para la evaluación continuada del proceso de aprendizaje del alumno:

- Participación en los debates (10%);
- Realización de seminário (30%);
- *Paper* final (60%) a ser entregado en la Secretaría del Posgrado en Derecho, en fecha a definir.

BIBLIOGRAFÍA BÁSICA

ALONSO GARCÍA, Ricardo. **Sistema jurídico de la Unión Europea**. 5ª ed. [*S. l.*]: Aranzadi, 2014.

BORCHARDT, Klaus-Dieter. **O ABC do Direito da União Europeia**. Luxemburgo: Serviço das Publicações da União Europeia, 2017.

CALAHORRO, Augusto Aguilar. A eficácia da Carta de Direitos Fundamentais da União Europeia à luz da jurisprudência mais recente do Tribunal de Justiça. **Espaço Jurídico Journal of Law [EJJL]**, [*s. l.*], v. 21, n. 2, p. 389-418, 2020. Disponível em: https://periodicos.unoesc.edu.br/espacojuridico/article/view/23781. Acesso em: 5 jul. 2024.

DEL'OLMO, Florisbal de Souza; PEREIRA MACHADO, Diego. **Direito da Integração, Direito Comunitário, MERCOSUL e União Europeia**. Salvador: JUSPODIVM, 2011.

DIZ, Jamile Bergamaschine Mata; JAEGER JÚNIOR, Augusto. Por uma teoria jurídica da integração regional: a inter-relação direito interno, direito internacional público e direito da integração. **Revista de Direito Internacional**, Brasília, DF, v. 12, n. 2, p. 138-158, 2015. Disponível em: https://www.publicacoesacademicas.uniceub.br/rdi/article/view/3710. Acesso em: 5 jul. 2024.

KLINGL, Bernard J. L. de G. **A evolução do processo de tomada de decisão na União Europeia e sua repercussão para o Brasil**. Brasília, DF: Fundação Alexandre de Gusmão, 2014.

KNOLL, Silvina Barón. El MERCOSUR a 30 años de su creación. Balance y perspectivas en torno al sistema de solución de controversias en el bloque. *In:* VIEIRA, Gustavo Oliveira (org.). **MERCOSUL 30 anos**: caminhos e possibilidades. Curitiba: Instituto Memória, 2021. p. 143-155.

MARTÍN, Araceli Mangas (dir.). **Carta de los Derechos Fundamentales de la Unión Europea**: comentario artículo por artículo. Bilbao: Fundación BBVA, 2008. Disponível em: https://www.fbbva.es/publicaciones/carta-de-los-derechos-fundamentales-de-la-union-europea-comentario-articulo-por-articulo/. Acesso em: 5 jul. 2024.

MAZZUOLI, Valério de Oliveira; GOMES, Eduardo Biacchi (org.). **Direito da Integração Regional**: diálogo entre jurisdições na América Latina. São Paulo: Saraiva, 2015.

NEGRO, Sandra (dir.). **Derecho de la Integración**. 3ª ed. Montevideo: BdeF, 2018. t. 1.

TAVARES, Sérgio Maia. Quid Iuris? A União Europeia e o novo locus standi dos direitos humanos: a construção da efetividade da Carta de Direitos Fundamentais, a reforma de Lisboa e o artigo 6º, TUE. **Revista de la Secretaría del Tribunal Permanente de Revisión**, [*s. l.*], n. 2, p. 313-349, 2013. Disponível em: https://www.revistastpr.com/index.php/rstpr/article/view/21. Acesso em: 5 jul. 2024.

TEMOTHEO, Reinaldo (coord.). **O novo acordo MERCOSUL-União Europeia em perspectiva**. Rio de Janeiro: Konrad Adenauer Stiftung, 2020.

VENTURA, Deisy de Freitas Lima. **As assimetrias entre o MERCOSUL e a União Europeia**. Barueri: Manole, 2003.

VIEIRA, Luciane Klein; COSTA, Vitória Volcato da. O Estatuto da Cidadania do MERCOSUL e a Carta de Direitos Fundamentais da União Europeia: uma análise comparativa sobre o avanço da cidadania regional. **Revista Electrónica Instituto de Investigaciones Jurídicas y Sociales Ambrosio L. Gioja**, [*s. l.*], n. 27, p. 105-125, dic./mayo 2022. Dossier: Incidencias de la integración regional en el mundo jurídico: a 30 años de la constitución del MERCOSUR. Disponível em: http://www.derecho.uba.ar/revistas-digitales/index.php/revistaelectronicagioja/article/view/577/372. Acesso em: 5 jul. 2024.

VIEIRA, Luciane Klein. **Interpretação e Aplicação uniforme do direito da integração**: União Europeia, Comunidade Andina, Sistema da Integração Centro-americana e MERCOSUL. Curitiba: Juruá, 2013.

VIEIRA, Luciane Klein; NEGRO, Sandra C. (org.). **O Estatuto da Cidadania do MERCOSUL**. São Leopoldo: Casa Leiria, 2023. Disponível em: http://www.guaritadigital.com.br/casaleiria/acervo/direito/estatutocidadania/index.html?fbclid=IwAR33cCJPOWsOOJBtPgzL1z10FMc8WVEKkaJpRhCNnt7v1eyhqKBtp269rsA. Acesso em: 5 jul. 2024.

BIBLIOGRAFÍA COMPLEMENTARIA

ALVES, Dora Resende; MAGALHÃES, Maria Manuela. A iniciativa de cidadania europeia num contexto de democracia. **Revista de Direitos Humanos e Democracia**, [*s. l.*], n. 14, p. 15-29, jul./dez. 2019. Disponível em: https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/direitoshumanosedemocracia/article/view/9526. Acesso em: 5 jul. 2024.

CÁMARA VILLAR, Gregorio. Los derechos fundamentales en el proceso histórico de construcción de la Unión Europea y su valor en el Tratado Constitucional. **Revista de Derecho Constitucional Europeo**, [*s. l.*], n. 4, 2005. Disponível em: https://personal.us.es/juanbonilla/contenido/CM/LECTURAS%20RECOMENDADAS/CAMARA%20VILL AR.pdf. Acesso em: 5 jul. 2024.

CAPUCIO, Camila. **Comércio Internacional e Integração Regional**: a OMC e o regionalismo. 2. ed. Belo Horizonte: Arraes, 2017.

D'ISEP, Clarissa Ferreira Macedo. MERCOSUL e o meio ambiente: perspectivas da tutela ambiental regional. **Revista de Direito Internacional**, Brasília, DF, v. 14, n. 1, p. 283-293, 2017. Disponível em: https://www.publicacoesacademicas.uniceub.br/rdi/article/view/4349. Acesso em: 5 jul. 2024.

JAEGER JUNIOR, Augusto. **Mercados comum e interno e liberdades econômicas fundamentais**. Curitiba: Juruá, 2010.

MASSENO, Manuel David. Como a União Europeia procura proteger os cidadãos-consumidores em tempos de big data. **Revista Eletrônica do Curso de Direito da UFSM**, [*s. l.*], v. 14, n. 3, 2019. Disponível em: https://periodicos.ufsm.br/revistadireito/article/view/41708. Acesso em: 5 jul. 2024.

MOURA, Aline Beltrame de. Relação entre a recepção das normas de direito internacional e o grau de abertura das constituições aos fenômenos de integração regional. **Revista da Secretaria do Tribunal Permanente de Revisão**, Assunção, n. 12, p. 287-301, 2018. Disponível em: http://revistastpr.com/index.php/rstpr/article/view/288/155186. Acesso em: 5 jul. 2024.

NEGRO, Sandra C.; VIEIRA, Luciane Klein (org.). **MERCOSUL 30 anos**: passado, presente e futuro. São Leopoldo: Casa Leiria, 2021. Disponível em: http://www.guaritadigital.com.br/casaleiria/acervo/direito/mercosul30anos/index.html. Acesso em: 5 jul. 2024.

SALLES, Marcus Maurer de; FERREIRA, Guilherme Augusto Guimarães; DIAS, Maurício. O Estatuto da Cidadania do MERCOSUL: os fundamentos jurídico-institucionais para a construção de uma cidadania regional. **BJIR**, Marília, v. 10, n. 1, p. 55-74, jan./abr. 2021. Disponível em: https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/bjir/article/view/12550. Acesso em: 5 jul. 2024.

SARMIENTO, Daniel. **El Derecho de la Unión Europea**. Madrid: Marcial Pons, 2016.

SCHÖNFELDER, Nina; WAGNER, Helmut. Impact of European integration on institutional development. **Journal of Economic Integration**, [*s. l.*], v. 31, n. 3, p. 472-530, 2016.

SOARES, Mário Lúcio Quintão. **Direitos Fundamentais e Direito da União Europeia em Momento de Tensão**. Belo Horizonte: Arraes, 2017.

VASCONCELOS, Raphael de Carvalho. Los 30 años del MERCOSUR: retos, logros y el futuro de la integración regional. **Revista de la Secretaría del Tribunal Permanente de Revisión**, Asunción, n. 17, p. 162-171, 2021. Disponível em: http://revistastpr.com/index.php/rstpr/article/view/447/155265. Acesso em: 5 jul. 2024.

VIEIRA, Luciane Klein. El MERCOSUR y la preocupación con la salud y seguridad del consumidor: una mirada a partir de las Directrices de Naciones Unidas de Protección al Consumidor y de lo prescripto en el Tratado de Asunción. *In:* NEGRO, Sandra (dir.). **Acuerdo Unión Europea – MERCOSUR**: la comercialización de alimentos en la Unión Europea y el MERCOSUR. Montevideo: BdeF, 2019. p. 121-150.

VIEIRA, Luciane Klein; ARRUDA, Elisa. A relação entre o grau de integração e o sistema de solução de controvérsias: um estudo comparativo entre a União Europeia e o MERCOSUL. *In:* **Revista de Direito Internacional**, Brasília, DF, v. 15, n. 2, p. 285-306, 2018. Disponível em: https://www.publicacoesacademicas.uniceub.br/rdi/article/view/5160. Acesso em: 5 jul. 2024.